



ENERGIA

Governo quer usar eleição para eliminar erro em tarifa de luz (Folha de SP) 08/12/09	3
Líder prega diálogo com futuro colega brasileiro (Folha de SP) 08/12/09.....	3
Morales reeleito (Folha de SP) 08/12/09	4
Mercado Aberto (Folha de SP) 08/12/09	4
PF vê suspeita de propina a irmão de Palocci em obra (Folha de SP) 08/12/09	5
Indústria amplia número de horas trabalhadas pelo 2º mês (Folha de SP) 08/12/09	6
Nunca pensei que faria apologia ao consumo, diz Lula (Folha de SP) 08/12/09.....	7
Fundo do clima pode excluir Brasil (O Estado de SP) 08/12/09.....	7
Governo será sócio e BNDES vai bancar até 60% das obras do trem-bala (O Estado de SP) 08/12/09.....	8
Fazenda prepara mais medidas para estimular a economia (O Estado de SP) 08/12/09	9
Minc nega pressão por Belo Monte (O Estado de SP) 08/12/09.....	10
Economia já supera resultados de 2008 (O Estado de SP) 08/12/09.....	11
Em São Paulo, parte do bairro Perdizes está sem luz (O Estado de SP) 08/12/09	12
Os limites do Plano Marshall caboclo (O Estado de SP) 08/12/09.....	12
Evo elogia Lula e reduz confronto com Brasil (O Estado de SP) 08/12/09.....	13
Procuradoria quer investigar se políticos levaram propina (O Estado de SP) 08/12/09	14
'Castelo de Areia' envolve seis partidos (Valor Econômico) 08/12/09	16
GNLE atrai mais sócios (Valor Econômico) 08/12/09.....	17
Petrobras mudará centro de operações para São Paulo (Valor Econômico) 08/12/09	17
Chegada da estatal mexe com Santos (Valor Econômico) 08/12/09	18
Aneel define até fevereiro critérios para reajuste de tarifas (Valor Econômico) 08/12/09	19
Cabral cobra de Lula acordo sobre royalties (Valor Econômico) 08/12/09	20
Executivos pedem regras claras (Valor Econômico) 08/12/09.....	20
Estados pedem mais autonomia para negociar novas usinas (Valor Econômico) 08/12/09	21
Meta custará ao Brasil R\$ 10 bi por ano, diz Minc (Valor Econômico) 08/12/09	21
O debate sobre o novo regime fiscal do pré-sal (Valor Econômico) 08/12/09	22
Uruguai busca alternativas para linha de transmissão (Valor Econômico) 08/12/09.....	23
COPENHAGEN 1 (Correio Popular – Almir Reis) 08/12/09	24
FSA promove curso de MBA em gestão de energia (CanalEnergia) 08/12/09.....	24
Governo mantém projeto de novas regras para agências (Estadão Online 20:18h) 07/12/09.....	24
Aneel quer aditivo aos contratos de distribuidoras ainda em 2009 (Estadão Online 17:20h2/09.....	25
Aneel quer alterar contratos para corrigir reajustes (Estadão Online 17:10h) 07/12/09	26
Workshop do Gesel/UFRJ debate retomada da energia nuclear no país (CanalEnergia) 07/12/09	26
Celesc inaugura subestação Caçador Castelhana (CanalEnergia) 07/12/09.....	27
CCEE realiza treinamento para o leilão de energia eólica (CanalEnergia) 07/12/09.....	27
MPX Energia ON fecha em alta de 4,47% (CanalEnergia) 07/12/09	27
Energisa reabre período de conversão de ações em units (CanalEnergia) 07/12/09.....	28
Light intensifica Plano Verão 2009-2010 (CanalEnergia) 07/12/09	28
Cálculo da CVA é tema de audiência pública na Câmara (CanalEnergia) 07/12/09.....	28
Abinee projeta queda de 12% para faturamento do setor de GTD este ano (CanalEnergia) 07/12/09.....	28
José Eduardo Santana Leite e Tamara de Castro Santana Leite, peritos judiciais: O papel do perito na definição de indenização por servidão (CanalEnergia) 07/12/09.....	29

Parcela A: ressarcimento ao consumidor terá audiência pública específica, diz Aneel (CanalEnergia) 07/12/09...	31
Audiência sobre cálculo da TEO termina na próxima terça-feira, 8 (CanalEnergia) 07/12/09	31
Reservatório de Barra Bonita trabalha com 99,10% da capacidade (CanalEnergia) 07/12/09.....	32
Conferência do Clima começa em Copenhague (CanalEnergia) 07/12/09.....	32
CEEE recebe licença de instalação de cabos da linha subaquática (CanalEnergia) 07/12/09	32
Lajeado Energia aumenta para 72,27% participação na hidrelétrica no Tocantins (CanalEnergia) 07/12/09.....	33
Cemig PN opera em queda de 1,36% (CanalEnergia) 07/12/09	33
Permissionárias vão iniciar apuração de índices DEC/FEC (CanalEnergia) 07/12/09.....	33
Audiência pública vai debater criação da Lei das Agências Reguladoras (CanalEnergia) 07/12/09.....	34
Blecaute será debatido em reunião do CNPE (CanalEnergia) 07/12/09.....	34
Aneel mantém mais de R\$ 10 milhões em multas (CanalEnergia) 07/12/09.....	34

SINDICAL

Trabalhadoras domésticas discutem ampliação de direitos (CUT Nacional) 08/12/09	35
Pelo direito de decidir (CUT Nacional) 07/12/09	35
Integração Sul-americana em Montevidéu (CUT Nacional) 07/12/09.....	36
Desenvolvimento sustentável (CUT Nacional) 07/12/09	37
CUT Honduras denuncia “farsa eleitoral dos golpistas” (CUT Nacional) 07/12/09	39
Químicos (CUT Nacional) 07/12/09.....	40
Avançar sempre! (CUT Nacional) 07/12/09.....	40
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC apresenta balanço do Dia da Consciência Negra (CUT Nacional) 07/12/09	41
Sinergia CUT realiza primeira Oficina de Mulheres (CUT Nacional) 07/12/09	41
Ilido Sauer: capital privado atrasou ganhos do pré-sal (CUT Nacional) 07/12/09.....	41

Governo quer usar eleição para eliminar erro em tarifa de luz (Folha de SP) 08/12/09

Ideia é aproveitar proximidade de pleito para fazer distribuidoras assinarem termo aditivo em contrato para acabar com distorção

Tática é começar com estatais como Copel (PR) e Cemig (MG), controladas por governos cujos titulares têm ambições políticas em 2010

HUMBERTO MEDINA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo vai aproveitar a proximidade das eleições de 2010 para conseguir que as distribuidoras de energia assinem o termo aditivo do contrato de concessão que irá acabar com o erro que prejudica o consumidor nos reajustes de tarifa. A tática é passar primeiro a responsabilidade para cima das estatais controladas por governos cujos titulares têm ambições políticas em 2010: Copel (Paraná, Roberto Requião, PMDB) e Cemig (Minas Gerais, Aécio Neves, PSDB). As duas são grandes empresas (a Cemig é a maior do país) e os governadores terão dificuldade política em explicar por que suas distribuidoras não assinariam, continuando a cobrar a mais, indevidamente, de seus consumidores/eleitores. Depois, serão chamadas, individualmente, as demais grandes empresas do setor (Eletropaulo, Light etc.). A Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia) será deixada de lado. O governo avalia que a associação se posicionou de forma radical contra qualquer mudança, enquanto representantes de distribuidoras, de forma individualizada, disseram à CPI das Tarifas de Energia que concordavam em reparar o erro. Até o final da semana, a diretoria deverá se reunir para aprovar o texto. Depois disso, começam as negociações individuais com cada uma das 63 distribuidoras de energia.

O objetivo é que todos os reajustes de tarifa previstos para 2010 sejam calculados já com a nova metodologia, ou seja, sem perda para o consumidor. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) não calculou as perdas que o erro de metodologia provoca, mas o TCU (Tribunal de Contas da União) estima que sejam da ordem de R\$ 1 bilhão por ano. Os reajustes de 2010 começam em fevereiro, mas a primeira grande distribuidora a ter sua tarifa modificada será a Ampla, que atende o Rio (menos capital), em março. Em São Paulo, os reajustes das grandes começam em abril (CPFL).

Passivo

Mesmo que as negociações entre Aneel e distribuidoras deem certo e os contratos sejam corrigidos, não significa que o consumidor terá direito ao que já foi pago a mais. O erro existe desde a assinatura dos contratos de concessão, em meados dos anos 1990, mas passou a ter relevância a partir de 2001, quando o governo criou sistema para reduzir os riscos cambiais aos quais as distribuidoras estavam expostas.

De forma resumida, o erro faz com que, por causa do crescimento de seu mercado, a empresa passe a arrecadar mais do que o necessário para arcar com encargos e subsídios embutidos na tarifa. Esse dinheiro a mais que entra não é repartido com o consumidor.

Para a Aneel, apesar de distorcido e prejudicial ao consumidor, o reajuste anual foi calculado dentro do que previam os contratos de concessão e a regulamentação do setor. Ou seja, não houve erro -logo, não há perda a ser reclamada. Como esse posicionamento coincide com o da maioria das distribuidoras, resta ao consumidor buscar, por meio de ações judiciais, reparação dos prejuízos causados.

A Pro Teste, entidade de defesa do consumidor, e a Fiesp cobraram ontem que a Aneel obrigue as distribuidoras a ressarcir o consumidor das perdas causadas pelo erro na forma de calcular o reajuste anual.

A Aneel informou que o ressarcimento está sendo tratado em um processo à parte, no qual será analisada a possibilidade jurídica desse pagamento.

Líder prega diálogo com futuro colega brasileiro (Folha de SP) 08/12/09

DA ENVIADA A LA PAZ

Evo Morales, que ficará no poder na Bolívia ao menos até 2015, disse ontem esperar que o próximo "presidente ou presidenta" do Brasil, a ser eleito em 2010, mantenha "um diálogo transparente e sincero" com seu país.

Morales havia sido questionado sobre o estado das relações bilaterais num momento em que o envio de gás para o Brasil, o principal mercado do combustível boliviano, está no nível mais baixo permitido pelo contrato vigente até 2019 -e quando o governo brasileiro se move para ter cada vez mais fontes alternativas de energia.

O presidente boliviano escolheu um tom conciliador, afirmando que as diferenças sobre preço de gás e mercado serão resolvidas por "diálogo".

Morales também aproveitou a entrevista para se explicar sobre o momento mais tenso das relações Brasil-Bolívia desde sua chegada ao poder: a nacionalização do gás, em 2006.

Na época, Morales ocupou refinarias da Petrobras acompanhado por militares.

Ontem, ele disse que esse foi um momento "duro" para Luiz Inácio Lula da Silva. Disse que tentou falar com o colega brasileiro e ministros para alertá-los sobre a ação, que surpreendeu Brasília.

Se a avaliação é que as relações bilaterais melhoraram de lá para cá, ainda há arestas. Segue inconclusa uma negociação entre a empresa e La Paz: o pagamento pelo chamados "gases ricos" atrelados ao gás vendido ao Brasil. Os países acertaram que a Petrobras pagaria pelo adicional um valor acordado de US\$ 100 milhões retroativo a 2007 -que ainda não foi pago.

Narcotráfico e Brasil

O tema do narcotráfico não foi mencionado na coletiva, mas é um ponto que vai ganhar relevância na agenda entre Brasília e La Paz no segundo mandato de Morales, na avaliação do governo brasileiro.

A ONU reporta um crescimento de 41% na produção estimada de pasta de cocaína desde a ascensão de Morales, que mantém o cargo de presidente da federação dos cocaleiros bolivianos e sofre pressão da sua base para aumentar ainda mais a área de plantio destinada ao consumo tradicional. Segundo a Polícia Federal, 80% da cocaína brasileira vem da Bolívia.

De 2007 para cá, a comissão mista bilateral sobre o tema se reuniu duas vezes. Porém, a cooperação ainda é incipiente, com o agravante de que a Bolívia não tem mais a ajuda de inteligência da DEA, a agência antidrogas dos EUA, cujos agentes foram expulsos por Morales em 2008.

Morales reeleito (Folha de SP) 08/12/09

Editoriais

editoriais@uol.com.br

APESAR dos dramáticos embates contra o poder político do próspero leste da Bolívia, em seu primeiro mandato Evo Morales foi favorecido pela afluência urbana da população de origem indígena, de um lado, e das rendas do gás natural, de outro. Neste domingo foi reeleito presidente, até 2014, com mais de 60% dos votos.

Dependente da exportação de commodities, sobretudo gás natural enviado ao Brasil, a Bolívia se beneficiou do período de bonança global até o final de 2008. De 2006 até o ano passado, suas exportações anuais saltaram quase 70%, passando de US\$ 4,1 bilhões para US\$ 6,9 bilhões.

Como uma das primeiras ações de Morales foi elevar abruptamente a taxa do gás, o governo obteve fôlego para patrocinar políticas assistenciais. Bolsas e bônus fluem para famílias mais pobres. Não surpreende, pois, o respaldo obtido pelo "evismo" nas urnas. Além da Presidência, o movimento, que já dominava a Câmara, sai do pleito com dois terços no Senado.

O presidente reeleito já diz que, como o país acaba de votar uma nova Constituição, esta terá sido a sua "primeira" eleição. O mandatário foi ambíguo quanto a buscar um terceiro mandato, mas fez a ressalva de que a nova Carta lhe permite concorrer outra vez, se assim desejar.

A declaração não é o único fato a projetar instabilidade e cesarismo para o futuro da sociedade boliviana. A concessão crescente de autonomia aos grupos indígenas é outro. A Constituição prevê que altas cortes da Justiça sejam eleitas por voto popular, o que pode viabilizar o controle, por parte do grupo de Morales, dos três Poderes.

A sociedade na Bolívia reproduz a geografia e se divide entre as terras baixas e ricas do leste, com maior presença de brancos e mestiços, e os altiplanos andinos, que concentram indígenas. Morales, cuja ascensão representa a de uma massa de bolivianos antes excluída da divisão de poder e riquezas, poderia, mais que qualquer outro líder, tornar-se o fiador da estabilidade democrática nesse país conturbado.

Parece tentado, contudo, a sagrar-se o primeiro caudilho aimará deste continente.

Mercado Aberto (Folha de SP) 08/12/09

MARIA CRISTINA FRIAS - cristina.frias@uol.com.br

Meta de emissões não atrapalha, diz Fiesp

O estabelecimento de uma meta para a redução das emissões brasileiras de gases-estufa não deve ser um empecilho para o crescimento do país nos próximos anos, avalia a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

"Há uma diferença entre o caso das nações desenvolvidas, que têm o compromisso de cortar as emissões em 80% sobre a base de 1990, e o das nações em desenvolvimento, que estariam atenuando a sua curva de crescimento", diz Paulo Skaf, presidente da entidade.

"No que se refere ao Brasil, esse é um objetivo responsável, considerando que três quartos das nossas emissões são provenientes do desmatamento -e estamos todos de acordo com o fato de que isso tem que acabar. A participação da indústria é ínfima. E 40% da energia consumida em território nacional vem de fontes renováveis. Temos que ser tratados como referência", completa Skaf, acrescentando que o país só emite cerca de 1,5% do total mundial.

Injusto será se as nações mais ricas não saldarem sua dívida ambiental, afirma. Por isso, Skaf defende que diplomatas brasileiros sejam firmes nas negociações em Copenhague.

A responsabilidade socioambiental não é apenas um discurso de marketing do empresariado nacional, segundo o presidente da Fiesp.

"Existe a consciência, hoje, de que é preciso respeitar o ambiente e fazer justiça social para crescer sustentavelmente. Antes, a ideia era sujar e depois limpar; agora, sabe-se que é necessário já produzir limpo, gastando menos água e menos energia."

CERVEJA TIPO CHAMPANHE

A marca de cervejas belga Malheur, elaborada pelo processo "champenoise", o mesmo que é utilizado para a produção de champanhe, chega ao Brasil. Uma garrafa de 750 ml da bebida, que pode levar seis meses para ser elaborada, chega a custar R\$ 180, de acordo com Gilberto Tarantino, sócio da importadora Tarantino. A empresa vai trazer 14 mil garrafas do produto. O belga Emmanuel de Landtsheer, proprietário da marca, veio a São Paulo para o lançamento. A história da família na produção de cerveja começou em 1839.

CRÉDITO 1

Depois do "Natal do crédito", 2010 será o ano de novos recordes para as instituições que concedem empréstimos e financiamentos. Essa é a previsão da Acrefi, a entidade que reúne as empresas do setor no Brasil.

CRÉDITO 2

Pelas contas da Acrefi, o país deve fechar este ano com uma relação crédito/ PIB de 46,5%. No próximo, pode chegar a 50%, e, em 2012, a até 60%. Assim, o Brasil vai se aproximando da média mundial, que fica perto dos 70%.

ÁGUA 1

A Nalco, multinacional especializada em tratamento de água, ar e processos industriais, inaugurou, na última semana, seu primeiro centro de pesquisas na América Latina para desenvolvimento de novas tecnologias.

ÁGUA 2

O laboratório foi instalado em Campinas para aproveitar a proximidade de acadêmicos e universidades da região. Erik Fyrwald, presidente da Nalco, que veio ao Brasil para a inauguração, diz que o etanol é uma das principais indústrias atendidas.

NO PAPEL

O número de hectares de florestas certificadas pelo FSC (Forest Stewardship Council) no mundo cresceu 20% neste ano, segundo a entidade. Agora são 15 mil empresas e mil florestas com atestado verde. O Brasil é o sexto em área com 300 empresas e 5,4 milhões de hectares de florestas. Para Roberto Waack, presidente do FSC internacional, a COP-15 aquecerá o movimento de certificação de florestas. "O que estimula o aumento é o consumidor, que passa a querer um papel, um móvel, um piso certificados." A entidade atua em quase cem países.

LEITURA

"Sinopse Tributária 2009-2010", coordenado por Pedro Marrey Jr., Roberto Quiroga Mosquera e Gláucia Maria Lauletta Frascino, entre outros, aborda fatos importantes do setor nos últimos 12 meses, inclusive os impactos da crise na arrecadação e seus efeitos em 2010. O livro (277 págs.), da editora Impressão Régia, será lançado hoje, na livraria Cultura do Conjunto Nacional, em São Paulo.

com JOANA CUNHA e DENYSE GODOY

PF vê suspeita de propina a irmão de Palocci em obra (Folha de SP) 08/12/09

Adhemar Palocci é citado em relatório da Castelo de Areia sobre obra no Pará

Documentos que integram inquérito da PF sugerem que construtora Camargo Corrêa deu R\$ 1 mi a PT e PMDB pela obra de eclusas de Tucuruí

FLÁVIO FERREIRA
DA REPORTAGEM LOCAL

O relatório final da Operação Castelo de Areia da Polícia Federal levanta a suspeita de envolvimento de Adhemar Palocci, irmão do deputado federal Antonio Palocci (PT-SP), no pagamento de propina da construtora Camargo Corrêa ao PT e ao PMDB. Segundo a investigação, há indícios de que cada partido tenha recebido R\$ 500 mil da empreiteira. Adhemar é diretor de planejamento e engenharia da Eletronorte, estatal responsável pela execução da construção das eclusas de Tucuruí, no rio Tocantins, no Pará. De acordo com as apurações da PF, a Eletronorte e a Camargo Corrêa assinaram um aditivo contratual para a obra, no valor de cerca de R\$ 76 milhões. Desse total foi abatido um montante relativo a impostos, e chegou-se a R\$ 71 milhões, valor que teria servido de base para estipulação do total da propina. Para a PF, um manuscrito apreendido nas investigações traz indícios de que o valor de propina pago pelo aditivo da obra tenha sido de R\$ 2,1 milhões. Um trecho do documento traz a inscrição "acordo de 3% dos pagamentos de eclusa". Ainda segundo o relatório, o manuscrito traz a descrição de um valor de R\$ 1 milhão que "está ligado às siglas PT e PMDB, à proporção de 50% para cada" um. O documento também contém as expressões "ADM/Pau" e "Paulocci" -que, segundo a PF, são menções a Adhemar Palocci. Outro nome citado é "Astrogildo", que, conforma as conclusões do relatório, refere-se a Astrogildo Quental, diretor financeiro da Eletrobrás.

Quental é ligado à família Sarney e foi secretário estadual de Infraestrutura do Maranhão no governo de Roseana Sarney. Ele também foi um dos investigados em outra operação da PF, chamada inicialmente de Boi Barrica (rebatizada de Faktor), e que indiciou Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

O diretor da Eletrobrás era um dos principais interlocutores de Fernando Sarney ao telefone em conversas gravadas pela polícia com autorização da Justiça. A PF chegou a afirmar que Quental defendia os interesses dos negócios do grupo de Fernando na Eletrobrás.

O relatório da PF deixa claro a necessidade de aprofundar as apurações sobre os suspeitos. O documento, com mais de 300 páginas, foi entregue ao Ministério Público Federal de São Paulo em 22 de novembro.

Ontem, com fundamento no relatório, o órgão encaminhou os documentos da apuração à Procuradoria-Geral da República para que o órgão tome medidas para o prosseguimento das investigações. No caso de Tucuruí, o Ministério Público deve pedir novas apurações sobre o envolvimento de um membro do TCU (Tribunal de Contas da União) e um diretor do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes).

A Procuradoria também vai pedir novas investigações a respeito de outras 13 obras. Entre elas estão a construção da linha 4 do metrô de São Paulo e do Rodoanel Mário Covas.

A apuração deverá recair sobre os conselheiros do TCE (Tribunal de Contas do Estado) Eduardo Bittencourt e Antonio Roque Citadini. Documentos apreendidos na Castelo de Areia apontam as inscrições "Ed. Bitt" e "Roc. Citadini", que, para a PF, são abreviações dos nomes dos conselheiros.

Segundo o relatório da PF, a inscrição "CLEIMS - Metrô L4", encontrada em um dos documentos, refere-se à palavra claim, que é utilizada no jargão técnico de contratos nos casos em que há alterações de cláusulas dos negócios. Para os investigadores, essa é uma das chaves para aprofundar as investigações sobre as irregularidades nas obras paulistas.

Políticos

O deputado federal Edson Aparecido (PSDB-SP) também deve ser alvo de novo inquérito. O nome dele surgiu durante apurações sobre documentos relativos à obra da ponte Pauliceia, no rio Paraná, na divisa entre São Paulo e Mato Grosso do Sul. Segundo nota divulgada ontem pelo Ministério Público, um membro do PMDB também é suspeito de participar de irregularidades ligadas à obra.

Iniciada para apurar crimes financeiros supostamente cometidos por executivos da Camargo Corrêa, o alcance obtido pela Operação Castelo de Areia surpreendeu os envolvidos nas investigações. Nomes de integrantes da base aliada do governo federal e da oposição surgiram nas apurações. O caso já resultou em duas ações criminais contra diretores da empreiteira e doleiros, que já foram acusados de movimentar ilegalmente cerca de US\$ 30 milhões e fraudar a licitação para construção do metrô de Salvador. A abertura de um terceiro processo está sob análise do juiz titular da 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, Fausto Martin De Sanctis.

Colaborou FERNANDO BARROS DE MELLO, da Reportagem Local

Indústria amplia número de horas trabalhadas pelo 2º mês (Folha de SP) **08/12/09**

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Os pátios de fábricas do país estão mais movimentados com o aumento do ritmo de produção. De acordo com dados da CNI (Confederação Nacional da Indústria), o número de horas trabalhadas cresceu 1,4% em outubro, na segunda expansão seguida do indicador.

"Esse foi o indicador que mais demorou para mostrar superação da crise", afirmou Marcelo de Ávila, economista da CNI. Ele diz que, devido à lentidão na recuperação desse índice, a média de horas trabalhadas na indústria em 2009 está num nível inferior ao registrado em 2006.

Na comparação com outubro do ano passado, a queda chega a 8,6%, disseminada por todos os 19 setores pesquisados pelo órgão.

Enquanto a recuperação das horas trabalhadas tem sido tardia e gradual, as vendas da indústria mantiveram a trajetória de crescimento e aumentaram 1,8% sobre setembro. É o índice com melhor desempenho no ano.

Segundo o gerente-executivo de Pesquisa da CNI, Renato da Fonseca, o descompasso entre os ritmos de venda e de produção foi resultado do encalhe de mercadorias no período mais agudo da crise, no fim de 2008. Para Fonseca, o consumo interno, estimulado pelas políticas de renda e de crédito do governo, é o principal responsável pela recuperação das vendas.

Já os setores exportadores ainda enfrentam problemas. "Ainda há muita gordura para queimar, em termos de burocracia e infraestrutura."

(EDUARDO RODRIGUES)

Nunca pensei que faria apologia ao consumo, diz Lula (Folha de SP) 08/12/09

Presidente afirma que aquecimento do mercado interno foi o fator central para o país superar a crise

MALU DELGADO
DA REPORTAGEM LOCAL

A apologia ao consumo foi o fator central para a superação da crise econômica ao longo deste ano, disse ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao receber em São Paulo o prêmio "Brasileiro do Ano", promovido pela editora Três. "Fui tripudiado porque dizia que nós tínhamos uma marolinha", disse o presidente, lembrando a frase que utilizou no ano passado para definir o início da crise econômica mundial.

Segundo o presidente, ele consultou amigos e empresários no auge da crise e teria então tomado a decisão de criar medidas para aquecer o mercado interno. "Jamais na minha vida pensei que eu ia para a TV fazer apologia do consumo. Na juventude, eu era contra a sociedade consumista", afirmou.

Lula defendeu o consumo moderado como a mola propulsora para evitar a estagnação da economia. "A economia é uma roda-gigante", disse ele.

Lula criticou os pessimistas e também a imprensa. "No Brasil, tem uma coisa engraçada. Tem dia que você acorda, lê os jornais e a vontade é se matar, porque o mundo está acabando. E, se você então ficar só nas manchetes, é melhor nem sair de casa", disse o presidente.

Segundo Lula, existe "um certo azedume" na imprensa brasileira, que "muitas vezes não contribui quando permite que a mentira prevaleça sobre a verdade".

Ao finalizar o seu discurso, o presidente afirmou que, graças aos otimistas do país, aos empresários que não se acovardaram e aos intelectuais que tiveram a coragem de fazer o debate econômico, o Brasil saiu da crise mais forte. "E não tem mais volta", afirmou o presidente, acrescentando que os ciclos de vaivém na economia brasileira terminaram.

Lula enalteceu ainda as empresas brasileiras e a publicidade de grandes grupos econômicos que se vinculam à figura do presidente e ao momento positivo da economia. "Hoje eu sou um porta-voz, quase um garoto-propaganda das empresas brasileiras", afirmou.

Fundo do clima pode excluir Brasil (O Estado de SP) 08/12/09

Países ricos defendem que só nações mais pobres recebam recursos para combater o aquecimento do planeta

Andrei Netto e Afra Balazina, COPENHAGUE

Com a União Europeia à frente, governos de países industrializados se recusam a repassar recursos dos fundos de Adaptação e Mitigação aos grandes países emergentes, como o Brasil. A discussão ocorreu ontem, nos bastidores do primeiro dia da 15ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP-15), em Copenhague.

O mecanismo, estimado pela União Europeia em 100 bilhões por ano no período 2013 a 2020, é o principal meio de financiamento de ações para prevenir e minimizar os efeitos do aquecimento global.

Negociadores europeus e sul-americanos ouvidos pelo Estado alertam que, sem o entendimento sobre o repasse de recursos dos fundos, as chances de acordo são reduzidas. Os debates sobre financiamento devem ser os mais complexos da COP-15. Não há consenso nem sobre a administração do fundo nem sobre seu montante total - e muito menos sobre a divisão dos valores, assunto que provoca divergência ainda maior entre os diplomatas europeus. Para eles, a crise econômica - marcada pelo mau desempenho de países industrializados e pela boa performance dos grandes emergentes como China, Índia e Brasil - alterou as condições de negociação entre Bali, em 2007, e Copenhague, em 2009.

"A arquitetura do Protocolo de Kyoto previa fluxos significativos de recursos migrando para China, Índia e Brasil. Hoje, acreditamos que, quanto maiores as necessidades de recursos de um país, mais ele precisa receber", disse ao Estado o negociador da União Europeia, Artur Runge-Metzger, em referência às nações menos desenvolvidas, como as africanas.

O ex-ministro do Meio Ambiente da França e embaixador encarregado das negociações do clima, Brice Lalonde, confirma a posição. "Na Europa, nos perguntamos se os emergentes devem receber recursos do Fundo de Adaptação ou se o mais plausível seria que apenas os países menos desenvolvidos, como os da África, tenham acesso", afirmou. "O mundo mudou após a crise, e o papel dos emergentes não é mais o mesmo."

Ontem, Luiz Alberto Figueiredo, diretor do Departamento de Meio Ambiente do Itamaraty, um dos brasileiros responsáveis pelas negociações, reconheceu que nações industrializadas vêm fazendo manobras para privar os emergentes de recursos. "Um dos problemas da COP-15 é a falta de um engajamento claro sobre o financiamento das ações dos países em desenvolvimento", afirmou, referindo-se também às nações emergentes. "Se não houver financiamento adequado aos países em desenvolvimento será muito difícil sair de Copenhague com um acordo."

Segundo Figueiredo, os países aceitam mais a criação de um fundo de curto prazo, chamado Fast Start Fund, como o que estabelece US\$ 10 bilhões ao ano até 2013. Porém, eles não querem se comprometer com recursos no longo prazo.

A posição europeia encontra respaldo também nos Estados Unidos. Ontem, Jonathan Pershing, o principal negociador americano, disse que o país está disposto a fazer a sua parte na contribuição dos US\$ 10 bilhões. Mas fez questão de ressaltar que os recursos seriam para as nações "mais vulneráveis e menos desenvolvidas" - o que não inclui o Brasil.

Segundo avaliação de outro integrante da delegação brasileira, no Congresso americano atualmente é mais problemática a aprovação de recursos para emergentes do que a adoção de metas de cortes das emissões de gases-estufa. Um exemplo prático do impasse é o mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (Redd). As negociações, diz o embaixador brasileiro Sergio Serra, estão avançadas. No entanto, se não for definido um pacote econômico, o mecanismo - que interessa diretamente ao Brasil - não terá como ser implementado.

ORIGEM DOS RECURSOS

O fundo é formado por 2% dos recursos do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), instrumento criado pelo Protocolo de Kyoto para agregar dinheiro para que países menos industrializados promovam o desenvolvimento sustentável. Hoje, o fundo tem cerca de 266 milhões, mas até 2012 poderá receber de 100 milhões a 400 milhões por ano.

Governo será sócio e BNDES vai bancar até 60% das obras do trem-bala (O Estado de SP) 08/12/09

Projeto precisará de participação estatal, de cerca de R\$ 24 bilhões do total de R\$ 34,6 bilhões necessários

Leonardo Goy, BRASÍLIA

Para sair do papel, o projeto bilionário do trem-bala Campinas-São Paulo-Rio precisará de participação estatal e da aplicação pesada de recursos públicos: cerca de R\$ 24 bilhões, entre financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e aporte direto de capital pela União. Segundo o secretário executivo do Ministério dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, a União deverá ter participação de cerca de 30% do capital da empresa que será criada para construir e administrar o trem de alta velocidade.

Passos explicou que, na modelagem que está sendo montada pelo governo, dos R\$ 10,4 bilhões de capital próprio da empresa, cerca de R\$ 7 bilhões deverão vir dos sócios privados e outros R\$ 3,4 bilhões do Tesouro Nacional.

A participação de 30% do governo se dará por meio da nova estatal que o governo já anunciou que criaria para absorver a tecnologia do trem-bala. "O governo será sócio por meio dessa nova empresa, focada em engenharia, que vai absorver tecnologia e terá 30% do capital", disse Passos.

Em um primeiro momento o governo divulgou que essa estatal, batizada como Empresa de Pesquisas Ferroviárias (EPF) teria uma estrutura enxuta e seria destinada apenas a absorver a tecnologia dos trens de alta velocidade. Agora, ela pode participar do projeto como acionista. O investimento total da construção do trem-bala é estimado em R\$ 34,6 bilhões.

Além de integralizar quase um terço das ações da empresa que vai administrar o projeto, o governo vai também financiar cerca de 60% dos recursos necessários à obra por meio do BNDES.

O banco estatal, segundo Passos, dará um crédito de até R\$ 20,9 bilhões ao projeto, com prazo de 30 anos, carência de cinco anos meio e juros amigáveis: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mais 1% ao ano.

Passos observou, no entanto, que o valor do crédito poderá ser menor, já que o principal critério - com peso 7 - para definir o vencedor do leilão é justamente a menor exigência de financiamento público. O segundo critério é a cobrança de menor tarifa ao usuário final.

O Ministério dos Transportes pretende entregar até o fim desta semana ao Tribunal de Contas da União (TCU) estudos técnicos e econômicos referentes ao projeto do trem-bala. Passos disse que, a partir daí, a expectativa é de que o TCU encerre a análise até o fim de janeiro, abrindo caminho para a publicação do edital no dia 3 de fevereiro. Uma vez publicado, Passos acredita que o leilão deverá ocorrer em maio de 2010.

Ao fazer a projeção, o secretário, na prática, admitiu novo atraso no cronograma do trem-bala, já que no último balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) o governo previa que poderia fazer o leilão no primeiro trimestre de 2010.

NÚMEROS

R\$ 24 bilhões
é o total de recursos públicos que será investido no trem-bala

R\$ 10,4 bilhões
é o capital previsto para a empresa do trem-bala

R\$ 7 bilhões
deverá ser a parte do setor privado no capital da empresa

R\$ 3,4 bilhões
é a parte da União no capital da nova empresa

R\$ 20,9 bilhões
será o valor do crédito do BNDES

Fazenda prepara mais medidas para estimular a economia (O Estado de SP) 08/12/09

Mantega anuncia hoje prazo maior para concessão de subsídio do Tesouro ao BNDES, entre outras medidas

Renata Veríssimo e Fabio Graner, BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, prepara novas medidas de estímulo ao setor produtivo. Algumas delas devem ser anunciadas amanhã, durante a última reunião do ano do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social (CDES). Mantega estenderá o prazo de concessão de subsídio do Tesouro Nacional à linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para aquisição e produção de bens de capital e inovação tecnológica. Também deve anunciar a prorrogação da isenção de PIS e Cofins sobre a venda de computadores e seus componentes, conforme antecipou a Agência Estado.

A linha de financiamento do BNDES para aquisição e produção de bens de capital e inovação tecnológica conta com equalização das taxas de juros pelo Tesouro. Até o valor global de R\$ 44 bilhões em empréstimos, o Tesouro cobre a diferença entre o custo da captação do dinheiro pelo BNDES e o encargo do tomador do financiamento. No entanto, a equalização só valia para empréstimos contratados até 31 de dezembro de 2009. Esse prazo deve ser estendido para até 30 de junho de 2010.

O incentivo para a compra de computadores terminaria no dia 31 de dezembro, conforme previsto na Lei 11.196, de 2005, conhecida como "Lei do Bem". A proposta em estudo é para uma prorrogação por mais quatro anos. Por outro

lado, a indústria terá de aumentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de 2% para 3% do faturamento anual das empresas, depois de descontado o pagamento de impostos.

O Ministério da Fazenda ainda estuda o pleito do BNDES de um novo repasse do Tesouro, no valor de R\$ 100 bilhões, para financiamento ao setor produtivo. Fontes do governo disseram à Agência Estado que o valor ainda não está decidido e não deve ser fechado até amanhã. Por isso, o anúncio não será feito neste momento com as outras medidas. O BNDES já recebeu este ano R\$ 100 bilhões que ainda não foram totalmente desembolsados.

Além disso, há resistências dentro do Ministério da Fazenda sobre um novo aporte no banco. Apesar dos empréstimos recorde este ano, o BNDES deve registrar uma queda no lucro. O presidente do banco, Luciano Coutinho, já anunciou que o lucro deverá ultrapassar R\$ 4 bilhões este ano, mas será menor do que o registrado no ano passado. Em 2008, o lucro obtido pelo banco público foi de R\$ 5,3 bilhões.

Outra medida em estudo, mas que não deve ser anunciada agora por causa do custo elevado, é a redução do prazo para utilização do crédito de PIS e Cofins gerado pela aquisição de bens de capital. Atualmente, é de 12 meses. Os empresários querem a devolução imediata desses tributos, mas a redução do prazo de 24 para 12 meses - já feita pelo governo - significou uma renúncia de R\$ 3,2 bilhões este ano.

Uma fonte do governo acredita que essa medida deve ser descartada. O tema da última reunião do CDES será "Brasil e Perspectivas para o Desenvolvimento".

COLABOROU ADRIANA FERNANDES

NÚMEROS

R\$ 44 bilhões

é o limite de valor global em empréstimos para que o Tesouro cubra a diferença entre o custo da captação do dinheiro pelo BNDES e o encargo do tomador do financiamento

R\$ 4 bilhões

é quanto o BNDES deve faturar este ano. O lucro será menor do que o registrado no ano passado, quando somou R\$ 5,3 bilhões

Minc nega pressão por Belo Monte (O Estado de SP) 08/12/09

Ministro admite reunião com técnicos do Ibama, mas diz que só ouviu reivindicações e as encaminhou a Lula

Pedro Dantas, RIO

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, negou qualquer pressão política para a liberação do processo de licenciamento da Usina de Belo Monte, no Rio Xingu (PA). "Isto não procede", disse o ministro ontem no Rio. Em entrevista ao Estado publicada no domingo, o ex-coordenador geral de Infraestrutura de Energia Elétrica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Meio Renováveis (Ibama) Leozildo Tabajara da Silva Benjamin, afirmou que pediu demissão depois que Minc, durante uma reunião em novembro, "tentou ensinar" os diretores do órgão a fazer licenciamento. Além dele, o diretor de Licenciamento, Sebastião Custódio Pires, também entregou o cargo.

Minc admitiu que se reuniu durante quatro horas com os diretores do Ibama mas, na versão do ministro, ele apenas ouviu reivindicações dos profissionais e as encaminhou ao presidente Lula. "Dei todas as garantias de que nenhum prazo (para o licenciamento) era pré-determinado. O prazo seria até que todas as dúvidas dos técnicos estivessem respondidas", afirmou. Previsto para outubro, o licenciamento ambiental foi adiado várias vezes e atrasou o leilão para a construção da hidrelétrica, que estava previsto para 21 de dezembro, mas deve acontecer apenas em janeiro.

De acordo com Minc, as principais reclamações dos analistas do Ibama eram a deficiência no número de funcionários e pressões do Ministério Público. Ele contou que três dos seis técnicos que analisavam as 15 mil páginas do Estudo de Impacto Ambiental estavam com bens indisponíveis "porque deram aceite em documentações" no licenciamento. "Levei ao presidente Lula uma lista de 15 analistas que foram chamados a depor porque deram aceite. Exigi uma conversa dele com o Ministério Público, porque se isto continuar vai levar a uma paralisia do licenciamento em geral no País", reclamou.

O ministro anunciou que deve chamar mais aprovados no último concurso para analista ambiental do Ibama. "O último concurso que fizemos contratou 400, mas há uma norma que diz que você pode chamar 50% dos aprovados e isso será

feito para reforçar o licenciamento", declarou o ministro. Minc contou que, por sugestão dos técnicos do Ibama, o presidente Lula assinou um decreto criando um grupo interministerial para toda a infraestrutura, inclusive social e econômica, da região do Xingu. "Você podia obrigar o empreendedor a botar dinheiro para fazer uma escola, mas para ter gente é preciso ter concurso. Achei a sugestão boa e levei ao presidente Lula, que assinou", declarou Minc.

Uma das principais obras do setor energético do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), a Usina de Belo Monte terá potência instalada de 11,2 mil megawatts (MW). Segundo especialistas, a energia seria suficiente para atender 20 milhões de pessoas por um ano. O empreendimento enfrenta protestos de ambientalistas, populações ribeirinhas e 15 etnias indígenas cujo território seria afetado pela construção.

Eles apontam que a obra causará redução do volume de água na região e isso afetará a fauna e a flora. Além disso, condenam o alagamento de 440 quilômetros quadrados da região. O governo federal alega que mais da metade desta área é inundada pelo Xingu em época de cheia. Os críticos apontam que a usina atrairia 100 mil pessoas para a região e aumentaria o desmatamento com garimpo, exploração madeireira, além da caça e pesca ilegal. Apesar dos protestos, a Fundação Nacional do Índio (Funai) aprovou a obra.

Economia já supera resultados de 2008 (O Estado de SP) 08/12/09

Economistas calculam alta de até 0,3% no resultado do 3º trimestre

Marcelo Rehder

Depois de dois trimestre seguidos de variação negativa em relação a 2008, tudo indica que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro voltou ao terreno positivo no terceiro trimestre deste ano. Cálculos dos economistas de empresas como a MB Associados, LCA Consultores e Rosenberg & Associados indicam crescimento de 0,2% a 0,3% para o PIB nessa base de comparação. Na comparação com o segundo trimestre de 2009, as projeções são de crescimento entre 2,1% e 2,3%.

Se os dados oficiais a serem divulgados quinta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmarem as previsões, a economia brasileira terá retornado ao nível pré-crise observado no terceiro trimestre de 2008.

"É muito interessante essa comparação, porque somente em 2011 a maioria das economias desenvolvidas, como a dos Estados Unidos, Europa e Japão, deve voltar para os níveis de PIB que elas tinham antes de entrar em recessão", diz o economista-chefe da LCA, Bráulio Borges.

Para ele, vários fatores contribuíram para acelerar a recuperação da nossa economia, algumas antes da crise e outras depois que o País entrou em recessão. O nível recorde de reservas internacionais acumulado entre 2004 e 2008 foi um dos principais pilares de sustentação da economia brasileira no período mais agudo da crise.

"Ninguém duvidou da capacidade de solvência da nossa economia no olho do furacão, o que ajudou bastante", diz Borges. "Não precisamos passar por aquelas coisas típicas do passado brasileiro, de renegociação da dívida, pedir ajuda ao FMI (Fundo Monetário Internacional), que acabam gerando piora ainda maior da economia, por conta do receituário de cortar gastos elevar impostos."

A política anticíclica, tanto a fiscal, por meio de gastos e redução de impostos, e a monetária, com corte de juros, "foram essenciais para esse crescimento", acrescenta o economista chefe da MB Associados, Sergio Vale. Para ele, o consumo continuará a ser a locomotiva do crescimento na comparação com o ano passado.

A divulgação do PIB próximo da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), que sai amanhã, deve começar a colocar no discurso do Banco Central uma preocupação mais forte com a demanda crescendo em ritmo muito rápido. "A questão que vai aparecer a partir de agora é que o governo vai precisar tirar o pé do acelerador", frisa Vale. "Caso contrário, a inflação virá mais rapidamente e o BC será instado a aumentar a Selic em plena época eleitoral".

VOLTA DO INVESTIMENTO

As consultorias acreditam que o PIB deve mostrar a recuperação dos investimentos. "É a grande novidade em termos de composição do crescimento", diz Borges, da LCA. "A taxa de investimento deve crescer acima do próprio PIB", ressalta.

Para a LCA, do segundo para o terceiro trimestre o investimento deve crescer 4,8%, ante alta de 2,1% do PIB. Porém, comparado com o terceiro trimestre de 2008, o investimento ainda deve cair cerca de 15%.

Na avaliação da Rosenberg & Associados, o consumo das famílias deve seguir liderando a recuperação do PIB, enquanto o consumo do governo também deve se sustentar em nível mais alto. "A formação bruta de capital fixo (investimento) deve mostrar crescimento expressivo em relação ao segundo trimestre, dada a baixa base de comparação", diz a economista Thais Marzola Zara, da Rosenberg. Para ela, após recuar de 19% do PIB em 2008 para 16,5% em 2009, os investimentos devem crescer para 16,7% em 2010.

Em São Paulo, parte do bairro Perdizes está sem luz (O Estado de SP) 08/12/09

DANIELA DO CANTO - Agencia Estado

SÃO PAULO - Por causa da chuva desta manhã, o fornecimento de energia elétrica foi interrompido na região de Perdizes, na zona oeste de São Paulo. Conforme informações da Assessoria de Imprensa da Eletropaulo, a Avenida Pompeia, a Rua Cotoxó e parte da Rua Heitor Penteado registraram o problema pouco antes das 7 horas. Equipes já se encontram no local para verificar o caso e tomar as providências necessárias.

Os limites do Plano Marshall caboclo (O Estado de SP) 08/12/09

Mario Cesar Flores

A afeição de nosso poder político pelo regionalismo, apoiada no contágio da globalização pelo antinorte-americanismo, apesar da dimensão europeia e asiática nela, vem tendo resposta precária na realidade: o Mercosul da Tarifa Externa Comum (TEC) no comércio extrarregião e do livre-comércio no interno não tem funcionado bem assim... E provavelmente funcionará ainda menos quando a Venezuela bolivariana ingressar nele, com suas idiossincrasias e tensões, regionais e extrarregionais. Na economia o ingresso é positivo, mas a prudência o sugere inseguro, já que a Venezuela terá poder para tumultuar arranjos extrarregionais. Admitida a Venezuela, poderá o Mercosul sequer se aproximar do livre-comércio com o Nafta...?

Algumas opiniões afirmam que o ingresso seria útil à moderação do redentorismo de Hugo Chávez, hoje direcionado contra a Colômbia - representante do "império" na América do Sul. Também isso é incerto: se ameaçados, regimes providenciais têm de avançar (para fora) e/ou "endurecer" (no país), para não caírem. E quando isso acontecer (sempre aconteceu na História) o Brasil será arrolado como bode expiatório, tendência natural sul-americana, segundo para os EUA, ou terceiro, depois da Colômbia. Afinal, o Brasil já não era bem-visto por Bolívar, que não o convidou para a conferência interamericana do Panamá (1826), talvez porque o Brasil fosse império... Tampouco convidou os EUA!

Arranjos regionais produto da política voluntarista, unindo economias nutridas no protecionismo, demasiado assimétricas e envenenadas por ressaibos culturais e/ou históricos, tendem à ficção inconsistente, sem o recurso objeto do parágrafo seguinte. A união não se realiza no abstrato utópico: depende de interesses econômicos e infraestruturais comuns, da irrelevância dos conflitantes e é facilitada por cultura compartilhada. No Mercosul essas condições estão atendidas na infraestrutura e, limitadamente, na economia - onde existem conflitos. Seu maior fundamento tem sido a vontade política, sujeita a ímpetos inseguros, por ora kirchnerianos e lugonianos, em breve e mais graves, chaverianos. O protecionismo argentino enquadra-se nessa moldura: insuficiência de interesses econômicos comuns, ressaibos culturais e oscilação da vontade política - de positiva na infância do acordo a negativa nos últimos anos. À Argentina pode até convir o seu protecionismo, mas nesse caso por que insistir na união imaginária Mercosul, em que o protecionismo anti-Brasil é rotina e a Tarifa Externa Comum é quimera...?

Nascido geoeconômico nos anos 1980, para o atual governo brasileiro ele é mais geopolítico. Isso faz sentido, mas a um custo a ser pago pelo Brasil, que está longe da opulência dos EUA do Plano Marshall, alicerce da união europeia sob hegemonia norte-americana, então conveniente à recuperação da 2ª Guerra Mundial e como reação à ameaça soviética - quesito não atendido pela vaga ameaça do "império", avocada por Chávez... Há problemas que dependem não só da vontade política brasileira, mas também da vontade política de nossos vizinhos, sujeita a injunções político-populistas que afetam o comércio e outros fatores da integração, como são o gás boliviano e a energia de Itaipu, em que o Brasil vem cedendo num processo conciliatório que tem limites. Quando a produção nacional satisfizer nossas necessidades, continuaremos comprando o gás da Bolívia, no impulso de nosso combalido Plano Marshall caboclo?

A regionalização econômica de fato integra o mercado regional e, em princípio, atrai investimento. Mas quando a economia regional bruta não assegura consistência ao bloco, tampouco assegurada pelo apoio de país nela saliente - tem nosso Plano Marshall caboclo fôlego para isso, tem para se contrapor ao Plano Marshall petrodolarizado de

Chávez? -, o regionalismo perde sentido. Em suma, embora úteis, os acordos regionais precisam inserir-se no mundo, como precisava o Commonwealth britânico de há cem anos e precisa hoje a União Europeia, que depende de produtos de fora (primários), e porque o mercado global amplia o dinamismo de sua economia. Se eles não correspondem às expectativas, os bilaterais passam a ser sedutores. Já existem alguns envolvendo países sul-americanos, capazes de levar empresas brasileiras a investir neles e exportar para EUA e Ásia, por exemplo! Como disse nosso ministro de Relações Exteriores, o insucesso de Doha sugere a alternativa bilateral. Não citou os percalços do Mercosul, talvez apoiado no wishful thinking do bilateralismo com o Mercosul numa das pontas do "bi". Entretanto, há que reconhecer: acordos bilaterais não se apresentam da mesma forma a todos os países. Para os menos industrializados é fácil abrir portas para bens manufaturados, já que não os produzem; para o Brasil, isso requer cuidado.

Finalmente, os acordos - regionais ou no quadro da globalização - incluem vantagens, mas têm de incluir também custos e concessões (onde se insere nosso mambembe Plano Marshall caboclo). Reside aí um óbice: em países democráticos importa a percepção societária quanto aos efeitos da integração. Percebidos como positivos, há apoio; como negativos, corretamente ou assim afirmados pela demagogia, sofrem resistência. Pode a França abrir mão do protecionismo agrícola, podem os EUA expor seu etanol de milho à concorrência do etanol de cana, sem atribuições político-eleitorais? Pode a Argentina escancarar sua importação a produtos do Brasil e, na mão contrária, interesses brasileiros atingidos por restrições argentinas permanecerão indefinidamente conformados, em tranquilidade político-eleitoral para os respectivos governos?

Nossa recente reação àquelas restrições aparenta demonstrar atenção do governo brasileiro, na medida da aproximação das eleições de 2010. Onde governos dependem do voto é mais difícil superar entraves dessa natureza pela mera vontade política, há que respeitar a sensibilidade do eleitorado...

Mario Cesar Flores é almirante de esquadra (reformado)

Evo elogia Lula e reduz confronto com Brasil (O Estado de SP) 08/12/09

Desde 2006, dependência boliviana da economia brasileira cresceu

Renata Miranda

Após sair vitorioso nas eleições de domingo na Bolívia, o presidente Evo Morales adotou ontem um tom mais conciliador no campo da política externa, afirmando que deseja ter boas relações com "todos os países do mundo". O líder boliviano ainda elogiou o colega brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, a quem qualificou de "o melhor presidente da América Latina", e garantiu que os tempos de confronto com o País sobre o gás natural ficaram para trás.

A mudança no discurso de Evo, segundo analistas, seria um dos indícios de que hoje - com a economia debilitada por falta de investimento no setor de hidrocarbonetos, nacionalizado em 2006 - a Bolívia tornou-se mais dependente do Brasil.

"A importância do mercado brasileiro para a Bolívia é enorme porque somos os principais importadores do gás boliviano", afirmou ao Estado o economista Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura. "Se colocarmos na balança os resultados das nacionalizações fica evidente que a Bolívia perdeu muito mais que o Brasil e hoje eles dependem muito mais de nós do que nós deles." Segundo projeção da Câmara Boliviana de Hidrocarbonetos, a economia do país deve perder este ano mais de US\$ 1 bilhão por causa da queda nas exportações de gás natural.

A economia com base na produção de hidrocarbonetos garante bonança em anos de alta demanda energética e de crescimento econômico, mas, quando os preços caem, sua influência é "daninha" para os bolivianos, de acordo com a CBH. O Brasil reduziu suas compras de 29 milhões de metros cúbicos por dia, em novembro de 2008, quando a crise internacional começou, para 20 milhões de metros cúbicos por dia, em janeiro.

Para o economista e cientista político Gonzalo Chávez, da Universidade Católica da Bolívia, o principal desafio da nova administração é saber aproveitar melhor as relações com o Brasil. "Bolívia e Brasil compartilham uma fronteira de mais de 3 mil quilômetros e Evo tem de saber explorar essa proximidade, apostando no desenvolvimento local", disse Chávez. "A Bolívia não tem só gás para exportar e o governo poderia investir mais no turismo e na manufatura de outros produtos."

LAÇOS IDEOLÓGICOS

Além da retomada das relações comerciais, a vitória de Evo pode ajudar a consolidar as relações diplomáticas entre Brasília e La Paz. O mal-estar causado pelas nacionalizações de três anos atrás já teria sido superado, apontam

analistas. "As relações caminham para sua estabilização e Evo deve negociar de forma mais tranquila e de acordo com os interesses dos países vizinhos", afirmou Tullo Vigevani, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC.

No entanto, uma eventual mudança de governo no Brasil depois das eleições gerais de 2010 poderiam modificar os laços de amizade entre os dois países. "A orientação dada por um novo presidente poderia mudar e, dessa maneira, as relações não seriam tão favoráveis para a Bolívia como foram durante o governo Lula", disse Christian Lohbauer, do Grupo de Análise de Conjuntura Internacional da USP.

Evo, porém, garantiu que deseja manter boas relações com o governo que será eleito em outubro pelos brasileiros. "Esperamos, com o novo presidente ou nova presidente do Brasil, seguir com o diálogo transparente e sincero, e resolver de maneira conjunta as demandas ou problemas de ambos os países", disse o líder boliviano.

Líder garante que não tentará terceiro mandato

O presidente da Bolívia, Evo Morales, afirmou ontem que não tem interesse em buscar um terceiro mandato a partir de 2015, apesar de lembrar que a nova Constituição lhe permite pleitear novamente o cargo. "Evo Morales não tem nenhum interesse em uma nova ratificação", disse o presidente ao ser consultado em entrevista coletiva, um dia depois das eleições nas quais, segundo resultados preliminares, foi reeleito para um mandato de cinco anos.

Procuradoria quer investigar se políticos levaram propina (O Estado de SP) **08/12/09**

Sob investigação, 14 obras da Camargo Corrêa envolveriam tribunais de contas, deputados e senadores em crimes financeiros, corrupção e lavagem

Fausto Macedo

O Ministério Público Federal pediu ontem abertura de investigação sobre 14 obras da Construtora Camargo Corrêa que envolveriam conselheiros de tribunais de contas, deputados e senadores em crimes financeiros, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e ilícitos civis e eleitorais. São citados políticos de 7 partidos - PSB, PSDB, PT, PMDB, DEM, PC do B e PR.

Foram encaminhadas 18 representações a órgãos estaduais e federais que têm competências em áreas distintas para abrir procedimentos relativos aos contratos sob suspeita - Procuradoria-Geral da República, Ministério Público Federal no Distrito Federal, Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo e do Rio e Procuradoria Regional Eleitoral.

A Camargo Corrêa é o alvo principal da Operação Castelo de Areia, inquérito da Polícia Federal sobre esquema de evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Três executivos da empreiteira, Fernando Arruda, Dárcio Brunatto e Pietro Bianchi, já são réus em ação penal. Na residência de Bianchi a PF apreendeu documentos e pen drives que indicam contatos de dirigentes da Camargo Corrêa com políticos e autoridades de alto escalão de governos municipais, estaduais e da União.

As obras listadas pelo Ministério Público Federal estão localizadas em 7 Estados (Pará, Ceará, Rio, São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Pernambuco) e apontam prováveis pagamentos a parlamentares. "São casos em que há suspeita de crimes, improbidade administrativa e irregularidades eleitorais", assinala nota divulgada pela Procuradoria da República em São Paulo. Não foram informados nomes de envolvidos.

VULTOSAS MOVIMENTAÇÕES

A procuradora da República Karen Louise Jeanette Kahn, responsável pelo caso, pede à 6ª Vara Federal de São Paulo abertura de inquérito específico para investigar três membros do Conselho de Administração da Camargo Corrêa que teriam realizado "vultosas movimentações financeiras no exterior". Um deles, segundo escutas telefônicas, estaria investindo em obras de arte, compradas "por fora".

Karen Kahn decidiu encaminhar a documentação à Procuradoria-Geral da República porque são citadas autoridades com foro privilegiado - deputados e senadores - perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

As obras são mencionadas em planilhas e em outros papéis apreendidos na sede da construtora e na residência dos executivos. "Os documentos levantam suspeitas da prática de corrupção ativa e passiva, crimes financeiros, além de

atos de improbidade administrativa e eventuais ilícitos eleitorais", reitera a procuradoria. "Menções a pagamentos a autoridades com prerrogativa de foro ocorrem na maioria das obras."

Foram encaminhados à Procuradoria-Geral da República seis representações sobre obras em que são apontados pagamentos para senadores, deputados e membros do Tribunal de Contas da União, "além de cópia da planilha que contém nomes de obras e indicações de supostos beneficiados, dentre os quais parlamentares, por pagamentos em dólares e em reais feitos pela construtora entre 1995 e 1998". Foi solicitado que cópias desses documentos sejam enviadas às corregedorias da Câmara e do Senado.

À Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo foram encaminhados sete pedidos de abertura de investigações sobre oito empreendimentos do Estado e de municípios em que são citadas autoridades estaduais e municipais, como "membro do Ministério Público, da Polícia Civil, do Tribunal de Contas do Estado, secretários de Estado e prefeitos". A procuradoria solicitou o encaminhamento de parte do material ao Conselho Superior do Ministério Público.

À Procuradoria-Geral de Justiça do Rio e ao Ministério Público Federal no Distrito Federal foram solicitadas investigações. Ao Ministério Público Eleitoral em São Paulo foram enviadas as representações sobre obras no Estado e a planilha de 54 páginas com nomes de ex-candidatos e parlamentares "para que sejam aferidos eventuais crimes eleitorais".

A procuradoria requereu à Justiça investigação sobre corrupção ativa e passiva envolvendo três diretores da Camargo Corrêa em obras de Caieiras (SP), da Transpetro e de hospitais de 5 municípios do Pará.

Competências

Requerimentos enviados pelo Ministério Público Federal para seis órgãos distintos para eventual abertura de investigação contra deputados, senadores e conselheiros de tribunais de contas de Estados citados no inquérito

Procuradoria Geral da República

Eclusa da Hidrelétrica do Tucuruí (com suposto envolvimento de membro do Tribunal de Contas da União, Diretor Geral do DNIT, Diretor Financeiro e Diretor de Engenharia e Planejamento da Eletronorte)

Aeroporto de Vitória (com suposto envolvimento de senador do PSB)

Metrô de Fortaleza (com suposto envolvimento de deputado federal e senador do PCdoB)

Metrô de São Paulo, Linha 4-Amarela (com o suposto envolvimento de deputado federal do PSDB, membros do Trib. de Contas do Estado e uma candidata do PT a deputado no Paraná)

Rodoanel - São Paulo (com suposto envolvimento de deputado federal do PR e Diretor de Engenharia do Dersa)

Cesp - Ponte Pauliceia (com suposto envolvimento de deputado federal do PSDB e membro do PMDB)

Foi remetida ainda a planilha contendo nomes de obras e autoridades do Executivo e Legislativo, como supostas beneficiárias de pagamentos extraoficiais pela construtora Camargo Corrêa

Procuradoria Geral de Justiça de São Paulo

Paraisópolis (com suposto envolvimento do Secretário de Habitação da Prefeitura de SP)

Prefeitura de Jundiaí (com suposto envolvimento do Assessor Especial da Prefeitura)

Senasa - Campinas (com suposto envolvimento do Secretário de Planejamento e do Diretor Técnico)

Liberação pelo Compresp de uma obra de interesse da Camargo Corrêa (com suposto envolvimento do Sec. de Habitação de SP e de membros e presidente da Câmara de Vereadores)

Obra de Jurubatuba (com suposto envolvimento do Secretário de Infra-Estrutura Urbana e Obras da Prefeitura de SP e do Secretário Geral do DEM)

Metrô de São Paulo, Linha 4-Amarela e Rodoanel (com suposto envolvimento de auditor e conselheiro do Tribunal de Contas de São Paulo, membro(s) do Ministério Público do Estado e da Polícia Civil do Estado de São Paulo)

Obra de Estreitinho (com suposto envolvimento dos Diretores de Engenharia e Diretor de Construção de Furnas)

Procuradoria Geral de Justiça do Rio de Janeiro

Metrô do Rio de Janeiro - (com suposto envolvimento de secretário de Estado do Rio de Janeiro)

Ministério Público Federal do Distrito Federal

BR-101 - DNIT (trecho ligando as capitais litorâneas entre RN e PE, com suposto envolvimento do Diretor de Infra-Estrutura Rodoviária do DNIT e Coordenador Geral de Construção Rodoviária do DNIT)

Justiça Federal de São Paulo

Pedido de abertura de inquérito sobre outros conselheiros executivos da construtora Camargo Corrêa pela suposta prática de crimes de evasão de divisas e lavagem de valores

Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo

Cópia da planilha apreendida para apurar possíveis ilícitos eleitorais no período de 1995 a 1998

Investigação: MP divulga vínculos partidários de obras da Camargo Corrêa suspeitas de irregularidades

'Castelo de Areia' envolve seis partidos (Valor Econômico) 08/12/09

Caio Junqueira e Vandson Lima, de São Paulo

O Ministério Público Federal em São Paulo elencou ontem obras suspeitas de irregularidades envolvendo a construtora Camargo Corrêa e diversas autoridades dos governos federal, paulista e municipal de São Paulo, tanto do Executivo como do Legislativo.

O que embasa os pedidos de investigação são documentos apreendidos pela Polícia Federal durante a Operação Castelo de Areia. De acordo com o Ministério Público, "os documentos levantam suspeitas da prática de corrupção ativa e passiva, crimes financeiros, além de atos de improbidade administrativa e eventuais ilícitos eleitorais", ressaltando que "menções a pagamentos a autoridades com prerrogativa de foro ocorrem na maioria das obras".

O MP encaminhou as representações para os órgãos que considera competentes para prosseguirem com a apuração. À Procuradoria Geral da República, em Brasília, foram remetidos pedidos de investigação contra integrantes do Tribunal de Contas da União (TCU), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), dois senadores (um do PSB e outro do PCdoB), três deputados federais (dois do PSDB, outro do PR), membros do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, uma candidata do PT a deputada estadual no Paraná, diretor de engenharia da autarquia paulista Desenvolvimento Rodoviário SA (Dersa) e um integrante do PMDB.

À Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo, foram remetidos os pedidos que relacionam o secretário de Habitação da Prefeitura de São Paulo, um assessor especial da Prefeitura de Jundiaí, a Companhia de Abastecimento de Água de Campinas (Sanasa), o secretário de Planejamento de Campinas, membros e presidente da Câmara de Vereadores de São Paulo, o secretário de Infraestrutura Urbana e Obras da Prefeitura de São Paulo e o secretário-geral do Democratas (sem citar de qual diretório), um auditor e conselheiro do Tribunal de Contas de São Paulo, um integrante do Ministério Público do Estado e da Polícia Civil do Estado de São Paulo e dois diretores de Furnas.

À Procuradoria-Geral de Justiça do Rio de Janeiro, foi remetido um pedido de investigação de suposto envolvimento de secretário de Estado do Rio de Janeiro ligado ao Metrô. Diretores do Dnit foram mencionados ao Ministério Público do Distrito Federal. Houve ainda pedido de abertura de inquérito sobre outros executivos da Camargo Corrêa, por crimes de evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

O MP divulgou, porém, apenas os cargos, sem relacionar as pessoas. No quadro ao lado, o Valorinforma quais pessoas ocupam esses cargos atualmente. Como o inquérito corre em segredo de Justiça, não há como confirmar sua citação na representação. Todos os citados foram procurados pelo Valor.

O Ministério Público encaminhou ainda à Procuradoria Eleitoral de São Paulo uma planilha apreendida na qual constam nomes de políticos que teriam recebido contribuições eleitorais irregulares entre 1995 a 1998. Segundo informações divulgadas pelo jornal "O Estado de S. Paulo", o secretário da Casa Civil do Estado de São Paulo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB), é um desses nomes, junto com "Palacio Band" e com o secretário municipal de Esportes de São Paulo, Walter Feldman (PSDB), além do presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB). Ao jornal, Nunes Ferreira negou a informação, assim como Temer, que considerou a menção "uma infâmia". Ontem, ao Valor, Feldman disse se tratar de um "absurdo" e que ingressou com um habeas data para poder acompanhar as investigações, tendo, inclusive, colocado à disposição das autoridades seus sigilos fiscal, bancário e telefônico.

Em nota, a Camargo Corrêa informou que tomou conhecimento dos pedidos de informação pelo site do Ministério Público: "Mais uma vez, nos vemos alvo de acusações públicas sem que tenhamos tido acesso às informações que lhes deram origem e que são parte de processo judicial que corre em segredo de Justiça. Ressaltamos que, neste mesmo processo, houve denúncias divulgadas precipitadamente à imprensa que se mostraram infundadas. A Camargo Corrêa está convicta da licitude da sua conduta e espera ter acesso a essas informações para que possa fazer sua defesa, direito que constitui base fundamental de um Estado democrático".

O senador Renato Casagrande (PSB-ES), único capixaba no Senado, criticou a atitude do MP. "É uma irresponsabilidade muito grande o Ministério Público divulgar uma coisa dessas, sem dizer quem são os investigados, levantando suspeitas. Eu nunca tive relação alguma com a Camargo Corrêa, nunca recebi doações e minha única atuação em relação ao Aeroporto de Vitória foi buscar meios para que a obra, que estava parada, andasse e se fizesse uma nova licitação".

A Secretaria Estadual de Transportes do Rio informou que "na gestão atual (2007-2010), não há qualquer contrato em vigor ou relação comercial com a empresa Camargo Corrêa, tampouco temos ou contratamos obras metroviárias com a citada empresa". O Dnit informou que ainda não foi notificado: "O que nos impede, por enquanto, de qualquer manifestação". A prefeitura de Jundiá, chefiada por Miguel Haddad (PSDB), disse não ter recebido intimação da Procuradoria Geral de Justiça a respeito do assunto e se manifestará somente após ter conhecimento dos fatos.

A assessoria de Furnas informou desconhecer a obra citada. A Eletronorte optou por não se manifestar. Em Campinas, nem a Sanasa nem a assessoria da prefeitura local foram localizadas. A Secretaria da Habitação de SP ainda não tinha sido notificada, mas a assessoria disse que a Pasta está disposta a colaborar com as investigações, mesma resposta adotada pela Dersa. A assessoria do senador Inácio Arruda informou que ele não tem envolvimento com o caso. A do deputado Chico Lopes não foi localizada.

GNLE atrai mais sócios (Valor Econômico) 08/12/09

A Repsol e Galp se juntaram à Petrobras e BG no projeto para desenvolvimento de uma unidade de liquefação de gás natural embarcada (GNLE) para operar nos blocos BM-S-9 e BM-S-11 do pré-sal da bacia de Santos. Com as adesões, a empresa passa a ter participação de 51,1% da Petrobras e 16,3% de cada uma das parceiras. O GNLE ainda é inédito no mundo e a tecnologia está sendo estudada como uma das alternativas para transporte e escoamento do gás natural produzido nos campos do pré-sal.

Petróleo: Companhia terá três torres em Santos para abrigar até 7,5 mil pessoas

Petrobras mudará centro de operações para São Paulo (Valor Econômico) 08/12/09

Chico Santos e Claudia Schuffner, do Rio

Após 35 anos da descoberta da bacia de Campos (RJ), hoje responsável por cerca de 80% de todo o petróleo produzido no Brasil, a Petrobras declara publicamente que a sua nova prioridade estratégica é a bacia de Santos, centralizada em São Paulo, mas que vai do litoral do Rio de Janeiro ao de Santa Catarina, e já estuda o uso de instalações da bacia de Campos como auxiliares na produção de sua nova menina dos olhos. Mais complexa do que a bacia de Campos, com maior volume de reservas e mais distante da costa, a unidade de Santos vai concentrar toda a atividade exploratória do sul da bacia de Campos até Santa Catarina.

A área vai receber investimentos de US\$ 40 bilhões até 2013 e de US\$ 99 bilhões até 2020. O gerente geral da Unidade de Exploração e Produção da Bacia de Santos da estatal, José Luiz Marcusso, disse ao Valor que a unidade de processamento de gás de Cabiúnas (Macaé-RJ) poderá ser uma rota alternativa para o escoamento da produção de gás natural da bacia de Santos. Descoberta em 1979 (campo gás de Merluza) pela Pecten (subsidiária da Shell) na primeira e única história de sucesso dos contratos de risco assinados entre o regime militar brasileiro e petrolíferas estrangeiras, a bacia de Santos concentra hoje joias do pós-sal, como os campos de Mexilhão (gás) e Uruguá-Tambaú (gás e óleo), e do pré-sal, como Tupi, Júpiter e Guará.

Ao contrário da província petrolífera fluminense, onde a cidade de Campos dos Goytacazes, origem do nome, perdeu a sede da base operacional para a vizinha Macaé, a cidade de Santos, e seus arredores, vai concentrar as principais instalações do projeto da bacia que leva seu nome. Após pagar à Prefeitura de Santos R\$ 15,18 milhões por um terreno de 25 mil metros quadrados no bairro do Valongo, a Petrobras projetou um complexo de três torres, capazes de abrigar até 7,5 mil pessoas, mais do que as atuais 6,8 mil da base de Macaé. Segundo Marcusso, o projeto da primeira torre está em conclusão e começará a ser construído em 2010, para inauguração em 2012. De uma sala com quatro mesas em 2006, a sede provisória da bacia de Santos já conta hoje com 800 empregados e 1,1 mil estações de trabalho (mesa com microcomputador).

Além disso, a estatal decidiu em novembro que, se não for detectado nenhum obstáculo no projeto conceitual que será feito em conjunto com a Aeronáutica, sua base logística offshore da bacia de Santos será construída em uma área da Base Aérea de Santos, no município do Guarujá. A base terá um porto, aeroporto, instalações de armazenamento de produtos e um centro de defesa ambiental. A Petrobras vinha estudando simultaneamente seis áreas para sua base offshore de Santos, uma delas na cidade de São Sebastião (SP), onde já possui um porto de águas profundas para receber petróleo e derivados.

O aproveitamento da unidade de gás de Cabiúnas está inserido na escalada de expansão do gás de Santos. A Petrobras está concluindo, para início de operação por volta de maio, a Estação de Tratamento de Gás Monteiro Lobato, em Caraguatatuba (SP). Ela vai receber, inicialmente, o gás de Mexilhão e de Uruguá-Tambaú, cujas plataformas já estão prontas, sendo que a de Mexilhão já está assentada no seu local definitivo.

A estação de Caraguatatuba será ligada a Taubaté por intermédio do gasoduto Gastau, cuja capacidade será de 20 milhões de metros cúbicos por dia, podendo chegar a 27 milhões de metros cúbicos com técnicas de aumento da pressão do gás. Com a entrada em produção dos campos do pré-sal, como Tupi, e o consequente aumento da vazão, uma das alternativas para escoar a produção será a construção de navios de gás natural liquefeito (GNL) para levar o gás aos pontos de consumo. A Petrobras também criou uma "joint-venture" com a BG, Repsol e Galp para estudar projetos de GNL embarcado, que permitirão o armazenamento e transferência do GNL, propano e butano produzidos no pré-sal para navios ou terminais de regaseificação, atualmente instaladas no Ceará e Rio de Janeiro.

Mesmo assim, Marcusso avalia que será necessário criar rotas de escoamento de gás, e uma delas seria Cabiúnas. "Se nós vamos consolidar, no futuro, Santos como a maior bacia produtora, mais para a frente vamos ter folga na bacia de Campos e a estação de Cabiúnas já implantada, inclusive alimentando o polo gás-químico do Rio de Janeiro. O gás de Santos tem boa quantidade de etano (substância básica para fazer o eteno, base das resinas termoplásticas, a partir do gás), então, Cabiúnas é uma das rotas estudadas", explica o gerente da estatal.

Marcusso disse que a consolidação da bacia de Santos, planejada para produzir 1,8 milhão de barris de petróleo leve em 2020 (90% da atual produção brasileira de petróleo), representará um novo salto de patamar da indústria de petróleo do país. "A bacia de Campos permitiu ao Brasil alcançar a autossuficiência. A bacia de Santos vai consolidar essa autossuficiência e permitir ao país tornar-se um exportador líquido de óleo", afirmou.

Hoje a Petrobras exporta mais com o objetivo de trocar óleo pesado, produzido em Campos, por óleo leve e com isso harmonizar o mix de produtos das suas refinarias. O resultado líquido das exportações é insignificante perto do que a companhia projeta para 2020. Antes disso, já a partir de 2015, a empresa poderá ter excedentes de gasolina e diesel para exportação a partir das novas refinarias de Pernambuco e Maranhão.

A Petrobras tem mais de uma dezena de parceiros na exploração e produção na bacia de Santos, entre eles a Chevron, Repsol, Shell, BG, Galp, Queiróz Galvão, Wintershall, Exxon, Amerada Hess, Maersk, El Paso e Starfish.

Chegada da estatal mexe com Santos (Valor Econômico) 08/12/09

José Rodrigues, para o Valor, de Santos

Os investimentos em curso pela Petrobras, via unidade de negócios de exploração e produção de petróleo da bacia de Santos, impacta o município em ritmo de redescoberta. No papel de âncora, a estatal produziu um efeito em cadeia no setor imobiliário da cidade e da região, pela migração de mão de obra especializada. O mesmo fenômeno que já havia sido deflagrado com a vinda de terminais portuários, após a privatização das operações do cais.

Com pouco mais de 1.100 vagas abertas pela unidade da Petrobras, acelerou-se o otimismo dos investimentos em imóveis residenciais e comerciais, notadamente de escritórios de grandes empresas. Segundo a consultoria imobiliária CB Richard Ellis, a vacância nesse segmento, em Santos, já está abaixo de 3%, ante a taxa de 8%, considerada igual a zero, pela rotatividade normal das ocupações.

Um pré-lançamento de 16 lajes corporativas, no eixo da avenida Ana Costa, cuja destinação para áreas comerciais tem se acentuado, está com cerca de 40% de suas unidades vendidas. Sua metragem quadrada dá a medida da tendência no momento: quase 700 metros de área construída, na base de R\$ 4 milhões cada uma. A construtora é a Lindencorp, com a intermediação da Real Consultoria Imobiliária. Outro prédio, com área total de 18 mil metros quadrados, também no eixo da Ana Costa, representará um investimento de R\$ 120 milhões, exclusivamente para locação. A construtora é a SDI, com apoio financeiro de um fundo americano.

"Notamos que o fenômeno da migração (de pessoas) está presente na procura de imóveis nesta nova fase do mercado. São desde funcionários da Petrobras, a servidores públicos da Polícia Federal e Receita Federal, que devem aumentar seus efetivos na região", avalia José Kauffmann Neto, diretor da Real Consultoria Imobiliária.

Esse clima de otimismo, que terá impacto positivo nas receitas orçamentárias do município, deve se agudizar por volta de 2012, com a conclusão das obras das torres da Petrobras, no bairro do Valongo, que terá um "choque" de modernidade. A região, uma das mais antigas da cidade, abriga construções em fase de decrepitude. Como vizinho das torres estará o Museu Pelé, em fase de projeto.

Escassez e valorização de áreas, ainda que com baixíssimo crescimento populacional (praticamente estável em torno de 418 mil habitantes), o município já enfrenta sérias dificuldades de trânsito, a ponto de se admitir a hipótese de rodízio de veículos, até agora descartado pela administração municipal.

Aneel define até fevereiro critérios para reajuste de tarifas (Valor Econômico)

08/12/09

Danilo Fariello e Azelma Rodrigues, de Brasília

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) quer definir até fevereiro os critérios para futuros reajustes tarifários no país. O prazo foi definido como meta porque, a partir daquele mês, começa um novo ciclo de revisões de tarifas para cada distribuidora. Ontem, a diretoria da agência apresentou os resultados da audiência pública que debateu aditivos contratuais que resolverão o problema. A alteração será feita porque o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou distorções que teriam feito com que os consumidores tivessem pago a mais até R\$ 1 bilhão nas contas de luz. O cálculo final da diferença em cada empresa, porém, ainda não foi concluído.

A diretora da Aneel encarregada da relatoria do processo de revisão dos cálculos, Joísa Campanher, destacou a ausência das distribuidoras na audiência. A Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee) encaminhou manifestação à audiência, mas ressaltou apenas que o aditivo contratual tem de ser "bilateral, voluntário e consensual", sem ter feito propostas específicas. "Não apresentamos nada específico ao tema porque não fomos nós que propusemos a alteração", disse Luiz Carlos Guimarães, presidente da Abradee. "Aceitamos negociar quando houver um documento oficial, mas, por enquanto, não temos o que propor."

Segundo o diretor-geral da Aneel, Nelson Hubner, a entidade não pode alterar os contratos unilateralmente. Depois de definida a proposta de aditivos aos contratos, dependerá de cada distribuidora aceitá-los, para que os cálculos sejam revistos.

Apenas depois de resolvida a questão contratual é que a agência dedicará mais esforços para calcular a distorção por empresa e, talvez, avaliar o eventual ressarcimento aos consumidores. A agência já mantém reuniões com os ministérios de Minas e Energia, da Fazenda e da Justiça sobre o tema. "Nada está descartado", disse o diretor-geral. Ele considerou que o ressarcimento poderia ser feito com abatimento da tarifa. "Oportunamente, chamaremos outra audiência para isso."

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) participou da audiência realizada na Aneel. O secretário de infraestrutura da entidade, Roberto Moussalem, solicitou transparência à agência, para que os consumidores saibam

quais as quantias que pagaram indevidamente. Segundo ele, grandes consumidores como as indústrias "querem o dinheiro de volta".

Cabral cobra de Lula acordo sobre royalties (Valor Econômico) 08/12/09

Paola de Moura e Rafael Rosas, do Rio

Pressionado por sete prefeitos do Estado do Rio, o governador do Rio, Sérgio Cabral, ligou para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para cobrar uma posição sobre a promessa de não votar mudanças na distribuição de royalties do pré-sal já licitado. Cabral teria explicado ao presidente que a proposta de reduzir de 26,5% para 12,5% a parcela nos royalties dos municípios produtores iria afetar metade da população fluminense, cerca de 7 milhões de pessoas. O governador teria ouvido do presidente que o projeto não iria ser votado hoje, como tentam os deputados representantes de municípios não produtores. Isto porque ele vai viajar para Montevidéu hoje.

Em entrevista coletiva, Cabral subiu o tom e cobrou publicamente uma posição do presidente Lula, e dos ministros Dilma Rousseff, da Casa Civil, e Edison Lobão, de Minas e Energia, sobre a possibilidade de a Câmara aprovar uma mudança na distribuição dos royalties de campos já licitados do pré-sal. Pouco antes de embarcar para São Paulo, onde se encontrou pessoalmente com o presidente, Cabral havia se reunido com deputados federais da bancada fluminense e com os prefeitos de Araruama, Arraial do Cabo, Niterói, Saquarema, Angra dos Reis e Maricá, todos afetados pelas mudanças, consideradas pelo governador como "gatunagem" e "desrespeito institucional".

"O presidente da República tem que tomar a frente disso. E a ministra Dilma Rousseff [também], porque, afinal de contas, quem tomou a iniciativa de mudar o modelo foram a ministra Dilma, o presidente da República e o ministro Lobão. Então, eles têm responsabilidade sobre esse assunto. Essa coisa de dizer que agora o Congresso Nacional é autônomo, autônomo coisa nenhuma, o governo tem base de apoio lá", exigiu o governador, para, em seguida, mostrar confiança na solução do impasse após o encontro com Lula. "Eu confio no presidente da República, que tem dado demonstrações de amor ao Rio de Janeiro", acrescentou.

Executivos pedem regras claras (Valor Econômico) 08/12/09

Ed Crooks, Financial Times, de Londres

Líderes empresariais pediram aos governos para que cheguem a um acordo em Copenhague e os instaram a apoiar os vastos investimentos em energias limpas que dizem ser necessários para sustentar a oferta de combustível enquanto reduzem as emissões de dióxido de carbono.

As opiniões diferem quanto ao detalhes, mas os executivos-chefes contatados pelo "Financial Times" mostraram consenso ao argumentar sobre a importância de que os líderes mundiais determinem direções claras, de forma a proporcionar uma plataforma estável para os investimentos.

Jürgen Grossmann, executivo-chefe do grupo de energia alemão RWE, afirmou que o setor quer um acordo sólido em Copenhague. Muitos executivos-chefes europeus da área de energia estarão na cidade durante estas semanas de negociações.

Grossmann rejeitou as sugestões de que o significado do encontro perdeu força, depois de ter ficado claro que nenhum tratado obrigatório será assinado na capital dinamarquesa. "Acho que é possível chegar a um acordo verbal que comprometerá as pessoas com um tratado legal posterior. Se o presidente dos EUA diz 'sim' a algo, será muito difícil para voltar atrás depois."

Helge Lund, executivo-chefe da petrolífera estatal norueguesa Statoil, seguiu a mesma linha, pedindo políticas estáveis e claras que proporcionem "um campo de jogo com condições iguais para todos e condições previsíveis".

A maioria das empresas também busca seus próprios interesses particulares. Fulvio Conti, executivo-chefe da companhia italiana de energia Enel, argumentou que o acordo em Copenhague deveria apoiar o uso dos créditos de carbono conquistados por meio do corte de emissões em países em desenvolvimento, para ajudar a cumprir as metas em países desenvolvidos.

Peter Voser, executivo-chefe da Royal Dutch Shell, afirmou que qualquer acordo precisa reconhecer o potencial de captura e armazenamento de carbono, uma tecnologia em desenvolvimento pela sua empresa. As companhias pioneiras nessa tecnologia "deveriam receber incentivos", diz. "Uma forma de fazer isso seria conceder permissões de emissão

para cada tonelada de CO2 armazenada embaixo da terra, sob o princípio de que o CO2 armazenado de forma subterrânea é tão positiva quanto o CO2 não emitido por meio do uso de uma usina eólica."

Líderes empresariais europeus e americanos também temem o efeito da limitação das emissões em sua competitividade e pediram que se obtenha o acordo mundial mais sólido possível.

Feike Sijbesma, executivo-chefe do grupo de ciências da vida holandês DSM, alertou para a necessidade de alinhamento do mundo rico. "As atuais divergências entre EUA e Europa não são boas. Isso sobrecarregará a indústria europeia e levará ao risco de perda de empregos", afirmou.

A Câmara de Comércio dos EUA, que critica os limites regulamentares sobre as emissões de dióxido de carbono, comunicou que também gostaria de ver um acordo, mas da mesma forma levantou dúvidas sobre a questão da competitividade. "No fim das contas, as empresas e fábricas serão em grande medida responsáveis por aplicar qualquer coisa que surja dessas conversas, portanto temos um forte interesse em um acordo que promova crescimento econômico e um campo de jogo igual para todos", afirmou Stephen Eule, do Instituto para a Energia do Século XXI, ligado à Câmara de Comércio.

A expectativa é que, qualquer que seja o resultado da cúpula climática de Copenhague, a tendência em direção ao uso de energias mais limpas continuará.

Para Conti, da Enel, "mesmo se não conseguirmos um acordo em Copenhague, ainda vejo o governo dos EUA buscando políticas de apoio à eficiência energética e às fontes renováveis. Ainda vejo a China aproveitando oportunidades de negócios e conseguindo ganhos de eficiência para sua economia. Também continuará a enfrentar a poluição local."

Estados pedem mais autonomia para negociar novas usinas (Valor Econômico) 08/12/09

De Brasília

Os secretários de Energia dos 27 Estados apresentam hoje, ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, pedido de mais autonomia nas decisões sobre a licitação e construção de novas usinas para geração de energia elétrica. A demanda, feita pelo Fórum Nacional de Secretários de Energia, é também para permitir políticas de incentivo fiscal locais específicas e mais poder para cobrar dos vencedores dos leilões prazos para iniciar as obras das usinas.

Daniel Andrade, secretário de Energia do Rio Grande do Sul e presidente do fórum, dá o exemplo de seu Estado para mostrar a importância da descentralização das outorgas. "Temos um potencial de instalação de 160 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) - com potencial de geração de até 30 MW -, das quais 63 já foram outorgadas, mas, destas, só 10% tiveram as obras iniciadas." Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), atualmente são 59 as PCHs com graves impedimentos para entrada em operação, e mais de cem aquelas cujas obras não foram iniciadas ou houve atraso para obtenção das licenças. A proposta inicial dos governos estaduais é de flexibilização para geração de energia de fontes alternativas.

Para poder cobrar dos empreiteiros a construção das obras outorgadas, porém, Andrade reconhece que seria necessária a revisão de leis do setor. "Poderia haver novo marco legal unificado, para que as normas sejam as mesmas em todo país." Os Estados, diz Andrade, poderiam avaliar seu potencial de geração entre diferentes fontes disponíveis e propor programas específicos de estímulo.(DR)

Clima: Governo propôs reduzir as emissões do país entre 36% e 39%

Meta custará ao Brasil R\$ 10 bi por ano, diz Minc (Valor Econômico) 08/12/09

Alexandre Inacio, de São Paulo

De malas quase prontas para embarcar para Dinamarca, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que, para o Brasil cumprir a meta que será apresentada em Copenhague, serão necessários recursos não inferiores a R\$ 10 bilhões anuais durante os próximos dez anos, totalizando R\$ 100 bilhões na próxima década. A proposta brasileira é reduzir suas emissões entre 36% e 39% nos próximos 20 anos, o que representa um corte de 1 bilhão de toneladas de gás carbônico.

Segundo o ministro, o cumprimento da meta brasileira envolverá recursos federais, estaduais e municipais, além de investimentos da iniciativa privada e financiamentos estrangeiros. Ele citou como exemplo o Fundo Amazônia, que já conta com aporte da Noruega e o Fundo de Mudanças Climáticas, que será criado pelo governo e receberá R\$ 1 bilhão dos lucros do país com a exploração do petróleo.

Para estimular a redução da emissão, Minc disse que o governo deve anunciar em breve a desoneração de alguns setores da economia. No foco para uma redução fiscal estão os carros elétricos, equipamentos para produção de energia eólica e utilização de materiais reciclados. A ideia do governo é dar continuidade ao processo de incentivo fiscal já concedido para os aparelhos da linha branca com menor consumo de energia e aos carros flex. "Material reciclado não deveria pagar imposto. O certo seria receber um bônus", disse Minc.

Além disso, o ministro afirmou que na próxima quinta-feira o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinará um pacote denominado "Mais Ambiente". O plano prevê uma série de incentivos aos agricultores para que eles passem a cumprir a legislação ambiental.

O ministro considera que todas essas medidas têm por objetivo tornar aplicável a meta que está sendo apresentada esta semana na Dinamarca. "Copenhague não será um fracasso. Não temos apenas uma boa postura, mas também números para serem apresentados", disse Minc. Os números aos quais o ministro se refere são os de desmatamento da Amazônia. Em 2009, o Brasil teve a menor área desmatada da floresta de sua história, "apenas" 7 mil quilômetros quadrados.

O ministro brasileiro considera a proposta brasileira ousada. "Depois do Brasil, Coreia e Indonésia apresentaram suas metas e mesmo os Estados Unidos e a China chegaram a um acordo", disse Minc. Para ele, o documento a ser fechado nos próximos dias provavelmente não será a proposta final para o clima, mas "aquilo que foi colocado na mesa pelos países não poderá mais ser retirado das negociações".

Modelo atual garantiu a estabilidade requerida pela indústria

O debate sobre o novo regime fiscal do pré-sal (*Valor Econômico*) 08/12/09

Ivan Tauil e Alexandre Chequer

O Estado deve retirar toda a renda possível da atividade petrolífera sem afetar o interesse do investidor privado

Muitos países renegociaram seus contratos de partilha e de concessões petrolíferas durante esta década, visando incrementar a absorção de renda econômica proporcionada pela produção. Tal fato, porém, não surpreendeu a indústria internacional do petróleo, pois movimentos dessa natureza ocorreram no passado. Já se sabe que, quanto mais sobem os preços do produto, menores são os percentuais da renda econômica petrolífera do estado produtor em regimes fiscais que combinam Impostos sobre Renda & Royalties.

Isso, contudo, não ocorreu no Brasil, a despeito da profunda modificação nas premissas econômicas e geológicas que pautaram a formulação da renda petrolífera do estado brasileiro em 1997, cujo incremento constitui um dos temas centrais do atual debate sobre o petróleo existente no pré-sal.

A renda petrolífera representa o valor verdadeiro do nosso recurso natural, ou seja, o valor presente líquido resultante da diferença entre as receitas de sua comercialização no mercado e os custos de capital e de produção, aí incluídos os custos de oportunidade reconhecidos pelos investidores neste setor. A reformulação de sua captura (por meio de um novo marco legal-fiscal) deve continuar a perseguir o conceito da neutralidade, segundo o qual o Estado deve retirar toda a renda possível da atividade petrolífera sem afetar o interesse do investidor privado, que necessita auferir taxas de retorno aqui, que continuem superando seus custos de oportunidade, inclusive as opções de investimento em outras regiões do planeta.

A literatura internacional aponta com clareza que princípios devem ser perseguidos: 1) eficiência - proporcionar a máxima transferência da renda para atendimento otimizado dos objetivos politicamente definidos; 2) neutralidade - combinada com a eficiência - de modo que o incremento não interfira nas decisões de investimento na atividade; 3) isonomia ou equidade, assim considerada a igual possibilidade e ônus tributário oferecidos e impostos aos investidores, sem discriminações; 4) rateio do risco - o que, na perspectiva fiscal, significa proporcionar retornos compatíveis aos riscos envolvidos (geológicos/preços futuros) e possibilidade de mudanças legais; 5) estabilidade - previsibilidade e confiabilidade permitem melhor planejamento sobre alocações de capital, aumentam a confiança e, por fim, reduzem os riscos pelos quais o investidor espera se remunerar/premiar; 6) clareza e simplicidade - a facilidade da cobrança incrementa, sempre, a arrecadação; a complexidade do sistema proporciona custos administrativos excessivos tanto ao pagador quanto ao arrecadador. Ao instituir sistema claro e simples, reduzem-se custos e acelera-se a captura da renda.

O atual regime fiscal - relativamente progressivo e composto de royalties, participação especial e tributos, igualmente assentado sobre regulação transparente e consistente -, garantiu a estabilidade e previsibilidade requeridas pelo conjunto da indústria, estando relacionado aos avanços exploratórios aqui verificados. Embora seja louvável o desejo de aumento na captura da renda, é forçoso reconhecer que, para tanto, do ponto de vista técnico, partilha ou concessão são indiferentes. Ambos podem aumentar ou reduzir a renda econômica dependendo da forma como os regimes são desenhados e da evolução de suas premissas no tempo. As flutuações de preços, incrementos tecnológicos e mudanças de cenário podem e têm proporcionado modificações não desejadas nas equações estruturais dos regimes fiscais internacionais, produzindo acréscimos ou decréscimos na renda econômica absorvida pelos Estados.

O contrato de partilha de produção, por si só, não provoca, necessariamente, o aumento da renda econômica, mas do controle político e estratégico da produção. Esse último também pode ser atingido no regime de concessão atual no Brasil via dispositivos na Lei do Petróleo. Se, por outro lado, a mudança de regime contratual se motiva igual ou preponderantemente pela (justa) intenção de aumentar a Renda Econômica Petroleira (que o modelo de 1997 não conseguiria capturar), então alternativas técnicas estarão à disposição dos senhores parlamentares. Inclusive para renegociar o Pacto Federativo, que afeta essa discussão e está assentado sobre complicada equação composta pelas regras que definiram a tributação do ICMS sobre operações com Petróleo, na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/96, e as disposições legais e constitucionais que dispuseram sobre a participação dos Estados e Municípios na arrecadação de Royalties e da Participação Especial.

Uma das alternativas possíveis para essa discussão seria a introdução de um "gatilho de transição" - caracterizador de um regime híbrido - que teria por função integrar certas características do atual sistema e da partilha de produção, modificando significativamente o nosso sistema de participação especial.

O objetivo dessa mudança seria garantir a entrega ao Estado, de todo (ou quase todo) excedente gerado quando, e se, ultrapassado determinado preço, volume ou outra premissa assumida inicialmente no contrato de concessão, e cuja transferência poderia se dar in natura (óleo ou gás) ou em pecúnia (dinheiro resultante direto de sua comercialização). Em tributação Internacional do Petróleo, no caso brasileiro, isso proporcionaria uma valiosa harmonização entre o presente (já implantado) e o futuro, concedendo ao investidor a exploração da atividade, se e enquanto a produção se desenvolve de acordo com premissas inicialmente assumidas pelo sistema, e entregando ao Estado o excesso (total ou parcial) gerado pela mitigação superveniente de riscos (inclusive o exploratório) ou pela superabundância advinda de elevações de preço ou níveis de produção. Essas são apenas algumas questões a serem pensadas. Agora, com a palavra os senhores congressistas.

Ivan Tauil é sócio do Tauil & Chequer Advogados, associado ao Thompson & Knight LLP

Alexandre Chequer é sócio do Tauil & Chequer Advogados, associado ao Thompson & Knight LLP

Uruguai busca alternativas para linha de transmissão (*Valor Econômico*)

08/12/09

De Montevideu

A briga entre Argentina e Uruguai em torno da fábrica de celulose instalada às margens do rio da Prata já afeta projetos concretos e envolve indiretamente o Brasil. O governo argentino tem vetado a concessão de financiamento do Focem, fundo do Mercosul irrigado especialmente com verba brasileira, para reforçar a segurança energética uruguaia com uma linha de transmissão de US\$ 83 milhões.

O Uruguai vive um apertado equilíbrio entre oferta e demanda. Tem capacidade para gerar 2 mil megawatts (MW) de energia, mas precisa recorrer constantemente à importação de eletricidade dos países vizinhos para evitar apagões. Do Brasil, costuma comprar 72 MW médios nos períodos de cheia dos reservatórios das hidrelétricas. Um projeto acertado entre os dois países aumentaria essa capacidade para 500 MW, por meio de uma nova interconexão da rede elétrica. Seria construída uma linha de transmissão de Candiota (RS) à cidade uruguaia San Carlos, nas proximidades de Punta del Este. O projeto seria integralmente financiado pelo Focem, mas a Argentina vetou a ideia.

Nos bastidores da diplomacia, ninguém tem dúvida: trata-se de uma represália à recusa do Uruguai em reverter um investimento da finlandesa Botnia na cidade fronteiriça de Fray Bentos, às margens do rio da Prata, que a Argentina acusa de contaminar as águas. A disputa gerou um bloqueio, que já dura mais de três anos, da ponte entre Fray Bentos e Gualeguaychu, do lado argentino. O caso foi levado ao Tribunal Internacional de Haia.

Apesar dos esforços do Itamaraty, argentinos e uruguaios não conseguiram se entender nas reuniões de ontem. "Pergunte aos argentinos o porquê", reagiu com ironia, o ministro de Economia do Uruguai, Álvaro García. A Argentina mais uma vez vetou o uso do Focem, que deve ser aprovado por todos os sócios.

O presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, telefonou no mês passado ao colega Luiz Inácio Lula da Silva para pedir uma nova forma de financiar o projeto, por meio do BNDES. Vázquez tem uma relação tensa e distante com o casal Néstor e Cristina Kirchner, da Argentina. A esperança do Brasil é que a eleição do ex-guerrilheiro José Mujica, que sucederá Vázquez a partir de março, facilite uma solução diplomática. Mujica já afirmou que priorizará a normalização das relações com a Argentina.

A interconexão da rede elétrica ocorre atualmente nos municípios fronteiriços de Rivera e Santana do Livramento. Para ampliar a capacidade de transmissão, estuda-se uma nova linha entre o polo carvoeiro de Candiota e a fronteira. Depois disso, seriam mais 200 quilômetros em território uruaio. De acordo com fontes que acompanham o projeto, investidores privados estão dispostos a construir uma nova usina termelétrica a carvão em Candiota. Até 95% da energia gerada na usina térmica seria destinada exclusivamente a para os consumidores uruguaios, mas isso exige mudanças na legislação brasileira do setor elétrico, já que só em caso de "sobra" o Brasil pode exportar eletricidade.

Há pelo menos outro projeto bloqueado pela "guerra das papeleiras". O Uruguai tem buscado fechar um acordo de compra de gás boliviano, mas depende de dutos argentinos para ter acesso ao insumo. Nas últimas semanas, autoridades uruguaias tentaram, em vão, um compromisso da Argentina de que não interromperia o abastecimento ao vizinho. Aos poucos, praticamente morreram também as conversas entre os dois países para montar uma planta conjunta de regaseificação de gás, às margens do rio da Prata.(DR)

COPENHAGEN 1 (Correio Popular – Almir Reis) 08/12/09

O mundo inteiro dirige o olhar para a COP 15, que deve ser o divisor de águas das novas regras ambientais para o planeta, já que estarão em pauta temas sobre a renegociação das metas de redução de emissões e o aprimoramento dos mecanismos de desenvolvimento limpo, além de instrumentos de redução de emissões por desmatamento e devastação.

COPENHAGEN 2

Quem está representando a CPFL Energia na COP 15, em Copenhagen, é Augusto Rodrigues, diretor de comunicação empresarial da empresa. Rodrigues acompanha a conferência, de onde envia boletins diários sobre o desenrolar dos trabalhos. Com essa participação, a CPFL Energia reforça a sua condição de empresa comprometida com soluções energéticas sustentáveis.

FSA promove curso de MBA em gestão de energia (CanalEnergia) 08/12/09

Gerenciamento de projetos e impactos ambientais estão entre os temas abordados no programa. Início das aulas está previsto para março de 2010

Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

O Centro Universitário Fundação Santo André (FSA), em parceria com a Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (Abesco), realizará um curso de MBA em gestão de energia. O objetivo da atividade é complementar a formação de profissionais da área de Administração/Engenharia, fornecendo conhecimentos na área da Gestão de Energia relacionados a sistemas de potência, qualidade de energia e eficiência energética. O início das aulas está previsto para março de 2010.

Entre os temas abordados no programa estão geração de energia e desenvolvimento sustentável, gerenciamento de projetos e impactos ambientais e legislação relativa à energia. O curso tem duração de 18 meses e a carga horária total é de 360 horas.

Governo mantém projeto de novas regras para agências (Estadão Online 20:18h) 07/12/09

GERUSA MARQUES - Agencia Estado

BRASÍLIA - O subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil, Luiz Alberto dos Santos, disse hoje que o governo não abandonou a ideia de aprovar novas regras para as agências reguladoras. Segundo ele, o Palácio do Planalto mantém o interesse de votar o projeto de lei que propõe uma reestruturação nas agências, em tramitação na Câmara dos Deputados desde 2003.

Santos, que trabalhou na elaboração do projeto e conduz as negociações com a Câmara, participou nesta segunda-feira de audiência pública da Comissão de Infraestrutura do Senado. Ele lembrou que a proposta sofreu mudanças nestes seis anos, mas reafirmou que está mantido o ponto mais polêmico, que transfere das agências para os ministérios o poder de outorgar as concessões de serviços, como os de telefonia e energia. O projeto recebeu inúmeras críticas de dentro e fora do Congresso pelo risco de reduzir a autonomia dos órgãos reguladores. Essas polêmicas acabaram por paralisar a tramitação da proposta, que sequer foi votada na comissão especial criada para analisá-lo.

Segundo ele, há uma necessidade de um conjunto estável de regras para definição clara de competências. Pelo projeto, cabe aos ministérios a definição de políticas públicas e às agências a regulação e fiscalização. "Nunca foi interesse do governo reduzir o poder das agências", afirmou.

O presidente da Associação Brasileira de Agências Reguladoras (Abar), Wanderlino Teixeira de Carvalho, que representa em sua maioria agências estaduais e municipais, sugeriu que haja uma descentralização da fiscalização. Segundo ele, hoje, só a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) fazem parcerias com as agências estaduais e municipais.

Carvalho defendeu, na audiência, critérios mais rigorosos para a escolha de diretores e ouvidores das agências. O presidente da comissão, senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL), citou o exemplo do Chile, em que a escolha dos diretores das agências é feita por concurso público.

Aneel quer aditivo aos contratos de distribuidoras ainda em 2009 (Estadão Online 17:20h2/09)

REUTERS

BRASÍLIA - A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pretende formular o termo aditivo ao contrato de concessão das distribuidoras de energia até o fim deste ano, afirmou o diretor-geral da autarquia, Nelson Hubner.

"O fundamental é que a Aneel não quer virar o ano sem resolver esse problema", disse Hubner nesta segunda-feira.

Segundo ele, a alteração nos contratos tem como objetivo diminuir a distorção identificada nos contratos.

Haveria um equívoco no cálculo tarifário que leva em conta a demanda de energia, e a metodologia teria subestimado o número de consumidores.

A partir de fevereiro, terá início nova rodada de reajustes no setor elétrico, daí a pressa do governo para que o aditivo ao contrato seja elaborado.

Quanto à devolução do valor pago indevidamente por consumidores nos últimos anos, Hubner afirmou que há um processo aberto, em fase inicial, que tratará do assunto.

"Passivo pode tratar a vida inteira", disse o diretor-geral a respeito do ressarcimento aos consumidores.

Tanto a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) quanto a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Pro Teste) concordam que a devolução deve ser feita.

Em reunião nesta tarde na Aneel, não estavam presentes representantes das distribuidoras. "Uma vez que a Aneel aprove as mudanças, convocará as distribuidoras", declarou Hubner.

A diretoria da Aneel ainda terá mais uma reunião até o fim deste ano para a redigir o termo aditivo aos contratos de concessão das distribuidoras, que levará em conta contribuições de entidades como Fiesp, Procon e conselhos de consumidores.

(Reportagem de Maria Carolina Marcello; Edição de Cesar Bianconi)

Aneel quer alterar contratos para corrigir reajustes (Estadão Online 17:10h) 07/12/09

LEONARDO GOY - Agencia Estado

BRASÍLIA - O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hubner, disse hoje que a Agência pretende resolver, até o final de fevereiro, a questão da alteração dos contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica. A ideia é que, daqui para a frente, seja corrigida a distorção que fez com que os consumidores pagassem a mais, desde 2002, nas contas de luz. A Aneel descobriu, em 2007, que, por uma falha na metodologia de cálculo dos reajustes, os ganhos das empresas com o aumento do mercado não estavam sendo repassados aos consumidores.

Com isso, estimativas não oficiais dão conta de que, de lá para cá, os clientes das empresas pagaram cerca de R\$ 7 bilhões a mais em suas contas. Para sanar o problema daqui para a frente, a Aneel colocou em consulta pública um aditivo aos contratos de concessão para que os ganhos com o aumento do mercado passem a ser considerados nos próximos reajustes.

Hoje, a Aneel promoveu uma reunião com consumidores e empresas do setor elétrico para discutir sua proposta. Para ser implantada, a mudança terá de ser negociada caso a caso com as empresas. "Queremos concluir esse processo nos dois primeiros meses do ano, antes que tenhamos que calcular os novos reajustes em fevereiro", disse Hubner, após a reunião.

As distribuidoras não participaram da reunião de hoje. As entidades que pediram a palavra foram basicamente aquelas ligadas a consumidores e tiveram como discurso, quase unânime, o pedido para que a Aneel também faça com que as empresas devolvam aos consumidores o que já cobraram a mais. O gerente do Departamento de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto Moussallem de Andrade, disse que o pagamento a mais foi indevido e afirmou que "é preciso ressarcir quem pagou a maior".

Hubner já se manifestou, em outras ocasiões, afirmando que, do ponto de vista da Aneel, não é possível juridicamente fazer o ressarcimento, já que os reajustes foram elaborados de acordo com as regras que estavam em vigor. Mesmo assim, ele disse que a Agência deve iniciar, no início do ano que vem, uma nova audiência pública para discutir a possibilidade ou não de devolução desse passivo. Hubner demonstrou que não há pressa, por parte da agência, para solucionar a questão dos valores já pagos a mais. "Passivo pode tratar a vida inteira", disse.

Workshop do Gesel/UFRJ debate retomada da energia nuclear no país (CanalEnergia) 07/12/09

Evento acontece na próxima quinta-feira, 10 de dezembro, e discutirá temas como tecnologias disponíveis e questões de licenciamento

Da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

A experiência do Brasil com energia nuclear e as questões que envolvem a sua retomada são temas que serão debatidos na próxima quinta-feira, 10 de dezembro, pelo Grupo de Estudo do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O workshop "Presente e o futuro da energia nuclear no Brasil" será realizado na Associação Comercial do Rio de Janeiro e discutirá temas como as tecnologias disponíveis, as questões de licenciamento, além das externalidades econômicas dessa fonte para a matriz brasileira.

O evento avaliará o presente e o futuro dessa geração no Brasil e no mundo, assim como o histórico do uso de seu combustível. Entre os palestrantes, estão previstas as presenças do secretário Nacional de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho, e do presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva.

Serviço:

Evento: Workshop "Presente e o futuro da energia nuclear no Brasil"

Data: 10 de dezembro

Local: Associação Comercial do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

Informações: gesel@nuca.ie.ufrj.br

Telefone: (21) 2542-2490

Celesc inaugura subestação Caçador Castelhana (*CanalEnergia*) 07/12/09

Em tensão de 138 kV e com capacidade de transformação de 26,6 MVA, empreendimento vai atender a região do meio oeste catarinense

Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Celesc (SC) inaugurou no último domingo, 6 de dezembro, a subestação Caçador Castelhana. Em tensão de 138 kV e com capacidade de transformação de 26,6 MVA, o empreendimento vai atender a região do meio oeste catarinense. Para conectar a SE ao sistema elétrico existente, a companhia construiu uma linha de transmissão, com 11,62 quilômetros de extensão, que liga a nova SE à SE Caçador. Segundo a Celesc, a subestação e a linha de transmissão somaram investimentos de R\$ 13 milhões.

CCEE realiza treinamento para o leilão de energia eólica (*CanalEnergia*) 07/12/09

No curso, serão apresentadas a sistemática do leilão e as principais funcionalidades do sistema utilizado no processo de licitação

Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica realiza nesta terça-feira, 8 de dezembro, em São Paulo, treinamento para os agentes vendedores que participarão do leilão de energia eólica, previsto para a próxima segunda-feira, 14. No curso, que tem duração de aproximadamente quatro horas, serão apresentadas a sistemática do leilão e as principais funcionalidades do sistema utilizado no processo de licitação, entre outras orientações.

Até três representantes dos empreendimentos habilitados tecnicamente pela Empresa de Pesquisa Energética podem participar do treinamento. Para fazer o curso, o empreendedor precisa agendar sua participação com a CCEE por meio da Central de Atendimento (0800-10-00-08).

MPX Energia ON fecha em alta de 4,47% (*CanalEnergia*) 07/12/09

AES Eletropaulo PNB registra baixa de 0,89%. IEE encerra em alta de 1,59%, aos 24.179 pontos

Da Agência CanalEnergia, Notícias

A MPX Energia ON fechou em alta de 4,47% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta segunda-feira, 7 de dezembro. O setor elétrico registrou outros resultados positivos com a CPFL Energia ON (3,02%) e a Celesc PNB (2,50%). Entre os resultados, apenas a AES Eletropaulo PNB registrou baixas (-0,89%). O Índice de Energia Elétrica encerrou em alta de 1,59%, aos 24.179 pontos, enquanto o Ibovespa chegou aos 68.512 pontos, com alta de 1,34%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: -0,89%

AES Tietê PN: 0,57%

Celesc PNB: 2,50%

Cemig PN: 0,89%

Cesp PNB: 1,62%

Coelce PNA: 2,43%

Copel PNB: 0,96%

CPFL Energia ON: 3,02%

Eletrobrás PNB: 2,20%

Energias do Brasil ON: 1,34%

Equatorial ON: 1,76%

Light ON: 0,91%

MPX Energia ON: 4,47%

Tractebel ON: 0,92%

Terna Participações UNT: 0,05%

Transmissão Paulista PN: 1,50%

Energisa reabre período de conversão de ações em units (*CanalEnergia*) 07/12/09

Acionistas terão de 14 a 28 de dezembro para aderir ao programa, que já conta com 95% do capital social Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Energisa vai reabrir o período de conversão de ações em units, segundo decisão do conselho de administração aprovada nesta segunda-feira, 7 de dezembro. O novo período de solicitação do negócio será dos dias 14 a 28 deste mês. A conversação ocorrerá no dia seguinte ao encerramento. Segundo a Energisa, a reabertura se deve a manifestação de acionistas em aderir ao programa de units. Atualmente, as adesões e solicitações já superam mais de 95% do capital social passível de conversão.

Light intensifica Plano Verão 2009-2010 (*CanalEnergia*) 07/12/09

Companhia consiste em ações integradas, preventivas e emergenciais, que visam a minimizar efeitos de temporais, vendavais e cargas elevadas Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Light (RJ) está intensificando seu Plano Verão 2009-2010. O programa, que teve início no último dia 15 de outubro, consiste em uma série de ações integradas, preventivas e emergenciais, que visam a minimizar os efeitos dos temporais, vendavais e cargas elevadas em suas instalações, que são característicos deste período. Entre as atividades implementadas estão o aumento de equipes de campo e campanhas de conscientização sobre o uso eficiente de energia.

Para atender a população, a companhia contará com 1.900 profissionais em operação. A quantidade, segundo a Light, é 30% maior que o número regular em outras estações do ano. Ainda de acordo com a empresa, o número de equipes de emergência cresceu em 50% por dia e o de manutenção em 30%. O Plano Verão da Light se estende até o próximo dia 15 de abril e foi estruturado para enfrentar e minimizar os efeitos de situações típicas do verão com base em relatórios, pesquisas, histórico de ocorrências e em dados do consumo registrado nos últimos anos.

Cálculo da CVA é tema de audiência pública na Câmara (*CanalEnergia*) 07/12/09

Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Defesa do Consumidor realizam audiência na próxima quarta-feira, 9 Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

O cálculo do reajuste tarifário aplicado às tarifas de energia será tema de audiência pública nas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados na próxima quarta-feira, 9 de dezembro. Entre os convidados, estão o diretor-geral da Aneel, Nelson Hubner, e o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, Luiz Carlos Guimarães.

A audiência está prevista para as 14:30 horas, mas ainda não tem local definido. O debate foi proposto pelos deputados Chico Lopes (PCdoB-CE), Dimas Ramalho (PPS - SP), Vital do Rêgo Filho (PPS-SP), Júlio Delgado (PSB-MG) e Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP).

As informações são da Agência Câmara.

Abinee projeta queda de 12% para faturamento do setor de GTD este ano (*CanalEnergia*) 07/12/09

Receita total da indústria elétrica e eletrônica em 2009 vai atingir R\$ 112,2 bilhões, o que representa uma queda de 9% em relação ao ano anterior Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica projetou uma queda de 12% no faturamento do segmento de Geração, Transmissão e Distribuição, quando comparado com o ano passado, alcançando R\$ 10,489 bilhões, ante os

R\$ 11,919 bilhões apresentados em 2008. O faturamento total da indústria elétrica e eletrônica em 2009 deve atingir R\$ 112,2 bilhões, o que representa uma queda de 9% em relação ao ano anterior.

A retração, segundo a associação, ocorreu devido aos reflexos da crise econômica internacional sobre a economia brasileira. Nesse contexto, as exportações deverão atingir US\$ 7,2 bilhões, com queda de 27% na comparação com as realizadas em 2008. No setor de GTD, a queda deve chegar a 10%, passando de US\$ 865 milhões no ano passado para US\$ 781 milhões em 2009. Como consequência, a participação das exportações no faturamento da indústria eletroeletrônica deverá cair de 14,8% em 2008 para 12,8% nesse ano.

As importações totais deverão apresentar queda de 25% na comparação com 2008, passando de US\$ 32 bilhões para US\$ 24 bilhões nesse ano. No segmento de GTD, a queda ficará em 9%, atingindo US\$ 452 milhões, contra os US\$ 498 milhões. De acordo com a Abinee, no caso de GTD, a queda no faturamento decorreu da redução dos investimentos das concessionárias, na cogeração e na distribuição, devido à retração do consumo.

Além disso, os leilões de geração das usinas de grande porte, como Santo Antônio e Jirau, ainda não repercutiram em faturamento para as empresas, pois os equipamentos ainda estão em fabricação. Para transmissão, o fluxo de faturamento tem sido regular, em função da rotina com que os leilões de novas linhas têm ocorrido. O segmento de distribuição sofreu queda do consumo de energia pelo segmento industrial, que demanda mais investimento na rede de distribuição do que nos setores residencial e comercial. Portanto, ainda segundo a Abinee, com a retomada dos investimentos produtivos, deverão voltar também, os investimentos em distribuição.

Para 2010, a expectativa das empresas pesquisadas pela associação é de que o faturamento do setor atinja R\$ 124,9 bilhões, registrando crescimento de 11% na comparação com 2009. No setor de GTD, a projeção para o ano que vem é de um crescimento de 12%, alcançando um faturamento de R\$ 11,747 bilhões. Esse crescimento deverá ocorrer, de acordo com a Abinee, devido aos investimentos em distribuição, especialmente pelo Programa Luz Para Todos, além dos faturamentos previstos para o 2º semestre de 2010, decorrentes das contratações de equipamentos para as usinas de geração.

José Eduardo Santana Leite e Tamara de Castro Santana Leite, peritos judiciais: O papel do perito na definição de indenização por servidão (*CanalEnergia*) 07/12/09

Montante tem de refletir vários fatores que só um perito sabe dimensionar, como riscos, restrições e incômodos
José Eduardo Santana Leite e Tamara de Castro Santana Leite, peritos judiciais, Artigos e Entrevistas

A necessidade de obedecer novos parâmetros ambientais em sucessivas mudanças legais e na interpretação dos tribunais sofisticada, cada vez mais, o processo de desapropriação - em especial, nas desapropriações parciais destinadas à viabilização da passagem de oleodutos e dos "linhões" para transmissão de energia elétrica em alta tensão.

As avaliações, nesse caso, fogem da rotina, pois não têm similar no mercado de compra e venda de terra nua. A regra geral, primitivamente utilizada, era a de estimar as indenizações pelo método "Antes" e "Depois", isto é, comparando os valores do imóvel na sua condição primitiva (antes) e na sua situação remanescente (depois).

Diferente da expropriação é a servidão. Enquanto na primeira o particular perde a propriedade do imóvel expropriando, na segunda ele a conserva, embora gravada por um ônus de uso. Contudo, o Poder Público institui uma servidão da mesma forma que desapropria um imóvel. Dispõe o artigo 40 do Decreto-Lei 3.365, de 1941 (Lei das Desapropriações), verbis: "O expropriante poderá constituir servidões, mediante indenização na forma desta lei." Assim, relativamente à instituição de servidão, anotamos: declaração de utilidade pública, processo Judicial, imissão prévia de posse, aceitação do preço e litígio.

Não é fácil a determinação do quantum indenizatório numa expropriação total em que a mesma deve corresponder ao justo e real valor do imóvel. Mais difícil, ainda, quando se trata de expropriação parcial. Por outro lado, quando se trata da fixação de indenização correspondente ao prejuízo causado pela instituição de uma servidão, há que se dizer que, na verdade, além de determinação do valor do imóvel, é necessário estabelecer até que ponto esse valor foi diminuído, ou seja, qual é o valor do prejuízo do seu proprietário, em virtude da instituição da servidão.

Ocorre que a diretriz é de costumeira observância em casos de imóveis rurais ou urbanos quando glebas, em que a servidão alcança lotes de reduzidas dimensões, motivo pelo qual, aliada às limitações urbanísticas locais, praticamente os inutiliza para fins de edificação.

É de senso comum que a passagem de uma linha de transmissão de energia elétrica, numa área grande, destinada a pasto de animais ou ocupada com plantação de pequeno porte, não a altera de forma substancial. E é óbvio que a mesma passagem numa área pequena, como os lotes de um loteamento, os quais existem de direito e de fato, causa-lhes limitações no que tange à edificação, que constituem o fim a que se destinam, razão pela qual para imóveis urbanos é comum indenizar pela servidão de passagem 2/3 do valor da terra nua e para imóveis rurais 1/3 do valor da terra.

Diferenças para torres e oleodutos - As servidões são compreensíveis para as linhas de alta ou de baixa tensão, transmissoras de energia elétrica, que ocupam o espaço aéreo e apenas assentam as colunas em pequenos trechos de terreno. No entanto, cada caso deve ser particularmente examinado. Em se tratando de oleoduto, evidentemente que a ocupação, além de impeditiva para o uso da propriedade alheia, a ação em alguns casos não deveria ser apenas como simples servidão de passagem, o que os expropriados aceitam senão teriam que ingressar com outra ação de desapropriação indireta arcando com todas as custas, o que nem sempre estão dispostos.

Considerações a fazer: a servidão de passagem pode ser considerada como um caso particular de desapropriação, caracterizada por uma relação entre dois imóveis, onerando o serviente. A servidão envolve uma obrigação negativa por parte do imóvel serviente obrigado a suportar as limitações que constituem a própria servidão.

A servidão supõe, necessariamente, a existência de pelo menos dois imóveis pertencentes a proprietários distintos. Por conseguinte, a desapropriação ou a instituição de servidão de passagem se faz por necessidade ou utilidade pública mediante indenização.

Há restrições: de um modo geral, as servidões de passagem podem ser classificadas em três grupos – subterrâneas, superficiais e aéreas.

Subterrâneas, quando destinadas a oleodutos; gasodutos; eletrodutos para energia elétrica; galerias de águas pluviais; drenos em geral; emissários de esgotos sanitários ou industriais e para vários outros fins, desde que enterrados.

Superficiais, quando previstas para serem utilizadas como estradas vicinais; estradas de ligação rural; canais e outras finalidades, sempre que ocorrerem na superfície do solo.

Aéreas, quando destinadas a linhas de transmissão de energia elétrica; cabos telefônicos; viadutos e outros fins, desde que ocupem o espaço aéreo da propriedade.

Riscos, restrições e incômodos - A implantação de uma servidão, qualquer que seja o tipo ou a sua localização, envolve riscos, incômodos e restrições causados ao imóvel serviente. No caso específico de linhas aéreas de transmissão de energia elétrica, por exemplo, embora os riscos sejam diminuídos e atenuados pela rigorosa observância das normas de segurança que caracterizam a sua execução, continua existindo a possibilidade de rompimento dos cabos elétricos, quer por defeito de fabricação ou fadiga do material, quer pela ação dos ventos.

As restrições são várias: a faixa de servidão torna-se non aedificandi, não se permitindo a existência de construções nela, sendo necessário, inclusive, demolir as existentes; a proibição de culturas de porte é óbvia, vedando-se, expressamente, o plantio de eucaliptos, pinheiros e de outros tipos indicados para reflorestamento; a proibição de queimadas na faixa de servidão e nas áreas adjacentes.

E entre os incômodos, destacam-se as interferências em aparelhos receptores e transmissores instalados nas proximidades da linha; e a passagem de pessoas e veículos que cuidam da fiscalização da faixa e das linhas.

Em vários casos de oleodutos, os prejuízos são ainda maiores, ocorrendo a subtração quase integral do domínio das terras e deixando-se ao proprietário apenas o direito de atravessar a faixa destinada à colocação da tubulação. Com efeito, as próprias petições iniciais elaboradas pela Petrobrás, em ações de desapropriação para instituição de servidão de passagem, costumam conter o seguinte parágrafo: “Que sendo a presente desapropriação de simples Servidão de passagem para o oleoduto, que ficará enterrado e não será cercado, fica o expropriado com o direito de passagem sobre a faixa, não podendo, todavia, praticar dentro da área subtraída ao seu livre uso e gozo, quaisquer atos que embarquem ou causem danos, incluídos entre eles o de erguer construções, fazer plantações e culturas, queimadas ou fazer uso de explosivos, bem como obstar à suplicante o direito de realizar na faixa a manutenção, reparação e fiscalização de tubulações ou serviços conexos ao bom funcionamento do mesmo.”

Como se observa, no caso em exame, a Petrobras, empresa estatal que deseja ver instituída a servidão, praticamente passa a ser dona das terras, enquanto que o legítimo proprietário é quem ficará com o direito de passagem. Uma situação de fato, que exige uma indenização à altura dos prejuízos sofridos e das limitações impostas, porém o tipo de ação (de servidão de passagem ou expropriação), é definido com ingresso da ação judicial não cabendo ao perito opinar, salvo se houver quesito sobre o assunto.

Apenas a título de ilustração, veja-se o seguinte exemplo: em São Paulo, a Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) tem instituído servidões subterrâneas, principalmente para túneis e acessos às estações; após a execução das referidas obras, durante as quais são demolidas as benfeitorias existentes, o Metrô as libera com a restrição adicional de só permitir a edificação de prédios com gabarito limitado e fixado em função da profundidade do acesso ao túnel.

O cálculo da indenização leva em conta a servidão de passagem: valor das terras nuas; as benfeitorias e construções. No caso das plantações há os lucros cessantes, os custos da regularização da escritura e o registro do remanescente. Também, se existe depreciação da área remanescente.

Para a apuração de eventual prejuízo decorrente das restrições construtivas, foi desenvolvido um critério lógico e racional. É importante lembrar também que o valor da indenização corresponde apenas ao prejuízo decorrente das restrições construtivas, representadas pela limitação e gabarito, impostos pela servidão. Exemplo: passar por um loteamento.

Servidões devem ser avaliadas em função das restrições que acarretem ou sejam impostas ao imóvel, conforme previsto em normas específicas.

Não é difícil concluir que a importância da perícia se redimensiona na medida em que suas consequências passaram a implicar o sucesso, ou o insucesso de empreendimentos que envolvem a matriz energética brasileira ou projetos relacionados ao sistema produtivo nacional.

José Eduardo Santana Leite é engenheiro civil e assistente-técnico/perito há 25 anos na Região Metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba. Tamara de Castro Santana Leite é arquiteta e perita judicial.

Parcela A: ressarcimento ao consumidor terá audiência pública específica, diz Aneel (CanalEnergia) 07/12/09

Agência apresentou as contribuições à minuta do aditivo de contrato de concessão das distribuidoras Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

O ressarcimento ao consumidor por cobranças "indevidas" nas tarifas energia devido a erros na metodologia de cálculo da Parcela A será discutido em uma audiência pública específica. A informação foi dada nesta segunda-feira, 7 de dezembro, durante reunião extraordinária da diretoria da Aneel para apresentar as contribuições à minuta do aditivo de contrato de concessão das distribuidoras de energia. Assim, as contribuições referentes a devolução dos valores cobrados a mais não foram consideradas.

Cálculos do Tribunal de Contas da União mostram que os consumidores teriam pago cerca de R\$ 7 bilhões a mais desde 2002. A audiência pública recebeu 15 contribuições de consumidores, associação das distribuidoras, do Legislativo Federal e de entidades de defesa do consumidor. A minuta de aditivo foi colocada em audiência pública, na internet, no período de 6 a 27 de novembro.

O aditivo proposto pela agência previa alteração nas subcláusulas 5ª, 6ª e 7ª do contrato de concessão das distribuidoras. Uma das contribuições pediu uma alteração na redação da subcláusula 7ª, que diz que a Aneel adotará uma metodologia de cálculo de modo a manter a neutralidade da Parcela A, o que foi aceito pela reguladora.

A Aneel lembrou que não é possível fazer uma alteração unilateral nos contratos, ou seja, o aditivo só poderá ser realizado com consentimento das concessionárias de energia. Portanto, todas as contribuições que pediam atuação unilateral da agência também não foram consideradas.

Audiência sobre cálculo da TEO termina na próxima terça-feira, 8 (CanalEnergia) 07/12/09

Alterações propõem adoção de tarifa diferenciada para a energia cedida ao MRE
Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Agência Nacional de Energia Elétrica encerra na próxima terça-feira, 8 de dezembro, a audiência pública para o aprimoramento do cálculo da Tarifa de Energia de Otimização. De acordo com a Aneel, as alterações propõem a adoção

de uma tarifa diferenciada para a energia cedida ao Mecanismo de Realocação de Energia por Itaipu, denominada TEO Itaipu.

As contribuições devem ser encaminhadas para o e-mail ap046_2009@aneel.gov.br, pelo fax (61) 2192-8839 ou para o endereço SGAN - Quadra 603 - Módulo I - Térreo / Protocolo Geral da Aneel, Cep 70.830-030, Brasília (DF). Os documentos relacionados à audiência estão disponíveis no site da Aneel.

Reservatório de Barra Bonita trabalha com 99,10% da capacidade (CanalEnergia) 07/12/09

Nível dos reservatórios do Sul atinge 98,1%, segundo dados do ONS
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

O nível dos reservatórios do Sul atinge 98,1% do volume acumulado, com baixa de 0,2%, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico referente ao último domingo, 6 dezembro. A usina de Barra Grande trabalha com 99,10% da capacidade armazenada. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Norte - O nível dos reservatórios chega a 50,7%, com alta de 0,5%. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 32,92% da capacidade de armazenamento.

Submercado Nordeste - Os reservatórios registram 61% do volume, com baixa de 0,1%. O índice está 40,3% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 63,16% da capacidade.

Submercado Sul - Os reservatórios atingem 98,1% do volume acumulado, com baixa de 0,2%. O índice está 79,3% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Barra Bonita trabalha com 99,10% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios atingem 69,2% do volume, com alta de 0,5%. O índice está 46,6% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Jurumirim e Jaguari operam com 75,15% e 94,38%, respectivamente.

Conferência do Clima começa em Copenhague (CanalEnergia) 07/12/09

Chefes de Estado participarão da cúpula, que durará duas semanas, para tentar chegar a um acordo sobre a redução de emissões de gases do efeito estufa
Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

A Conferência do Clima, chamada COP 15, começou nesta segunda-feira, 7 de dezembro, em Copenhague, na Dinamarca. A expectativa é de que participem cerca de 15 mil pessoas, entre funcionários governamentais, representantes de organizações e instituições, assim como 110 chefes de Estado e governo. A cúpula vai durar duas semanas e espera-se que os países cheguem ao um acordo para tentar reduzir as emissões de gases do efeito estufa.

Para o secretário-executivo das Nações Unidas, Yvo de Boer, há um esforço político muito grande para se chegar a um acordo sobre a redução das emissões de gases do efeito estufa. "Os líderes mundiais estão dando um sinal claro de que apresentarão propostas sólidas e de rápida implementação", afirmou Boer.

O presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), Rajendra Pachauri, disse que para evitar os piores efeitos do aquecimento global, os países industrializados deverão reduzir as emissões entre 25% e 40% dos níveis de 1990 até 2020. Em 2050, as emissões devem ter sido reduzidas pela metade.

CEEE recebe licença de instalação de cabos da linha subaquática (CanalEnergia) 07/12/09

Instalação vai trazer mais confiabilidade e qualidade em termos de carga, abastecimento e segurança no sistema
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A CEEE (RS) recebeu na última quinta-feira, 3 de dezembro, a licença definitiva de instalação dos cabos da linha subaquática que levará energia elétrica de Rio Grande a São José do Norte. O documento foi emitido pela Fepam. De acordo com a companhia, a medida é importante porque as licenças ambientais são a solução para compatibilizar questões ambientais com o desenvolvimento.

Para o presidente do Grupo CEEE, Sérgio Camps de Moraes, a obra abre um novo patamar tecnológico para o Rio Grande do Sul. “A rede vai trazer mais confiabilidade e apresentar um salto de qualidade em termos de carga, abastecimento e segurança no sistema para São José do Norte”, afirmou Camps. Além da licença para instalação dos cabos, a Fepam também entregou a autorização geral da linha de transmissão 230 kV entre as subestações de Caxias do Sul e a de Osório.

Ainda de acordo com a companhia, a substituição da rede aérea pela subaquática para o fornecimento de energia de Rio Grande para São José do Norte é uma necessidade das duas comunidades. Em Rio Grande, com a ampliação do porto, os cabos aéreos atrapalham o ingresso e a saída de embarcações, cujos tamanhos ficariam limitados à altura dos cabos. A linha de transmissão será de 69 kV. Atualmente, a população da cidade recebe luz através da LT aérea, de 69 mil volts, isolada para 69 kV e opera em 23 kV há cerca de 15 anos. Até os anos 90, o abastecimento era realizado através de duas usinas, que utilizavam como combustível o óleo diesel.

Lajeado Energia aumenta para 72,27% participação na hidrelétrica no Tocantins (CanalEnergia) 07/12/09

Aneel aprova transferência da participação de 27,375%, que pertencia à EDP Lajeado em consórcio Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou esta semana a transferência da participação da EDP Lajeado no consórcio Usina Lajeado para a Lajeado Energia. Com a operação, a beneficiada aumentará de 44,8% para 72,27% a participação na hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães (TO, 902,5 MW). Após a transação, os outros acionistas permanecerão com as mesmas participações: CEB Lajeado (19,8%), Paulista (6,93%) e Investco (1,00%).

Cemig PN opera em queda de 1,36% (CanalEnergia) 07/12/09

IEE alcança os 23.843 pontos com alta de 0,18% assim como Ibovespa, que chegou aos 67.940 pontos e registrou alta de 0,50%

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Cemig PN opera em queda de 1,36% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta segunda-feira, 7 de novembro. O setor elétrico registra outros resultados negativos com a Eletrobrás PNB (-0,82%), acompanhada da Energias do Brasil ON (-0,68%). A MPX Energia ON opera em alta de 2,64%, acompanhada pela Celesc PNB (1,34%) e Equatorial ON (1,23%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 23.843 pontos com alta de 0,18% assim como Ibovespa, que chegou aos 67.940 pontos e registrou alta de 0,50%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: -0,19%
AES Tietê PN: 0,52%
Celesc PNB: 1,34%
Cemig PN: -1,38%
Cesp PNB: 0,68%
Coelce PNA: 0,69%
Copel PNB: -0,62%
CPFL Energia ON: 0,80%
Eletrobrás PNB: -0,82%
Energias do Brasil ON: -0,68%
Equatorial ON: 1,23%
Light ON: 0,12%
MPX Energia ON: 2,64%
Tractebel ON: 0,46%
Transmissão Paulista PN: 0,16%

Permissionárias vão iniciar apuração de índices DEC/FEC (CanalEnergia) 07/12/09

Aneel aprovou criação de conjuntos de unidades consumidoras de 26 novas companhias, que atuavam em regime de cooperativa até o ano passado

Da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou a criação dos conjuntos de unidades consumidoras das 26 novas permissionárias de serviço público, que atuavam em regime de cooperativa até o ano passado. Devido à baixa densidade de consumidores por área cada uma delas foi autorizada a criar apenas um conjunto de unidades consumidoras. Para realizar as autorizações, a Aneel analisou as informações sobre a área de atendimento, com o nome do conjunto, mapa com a localização geográfica e os atributos físicos elétricos encaminhados pelas entidades.

A criação desses conjuntos permite às permissionárias monitorar a qualidade do serviço, com a apuração dos indicadores de continuidade DEC e FEC. Os índices devem ser medidos e encaminhados para o acompanhamento da Aneel, que posteriormente editará resolução específica para cada entidade com seus respectivos limites.

Audiência pública vai debater criação da Lei das Agências Reguladoras (CanalEnergia) 07/12/09

Reunião acontece no Senado, mas PL 3.337/04 ainda está em tramitação na Câmara dos Deputados
Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado vai realizar nesta segunda-feira, 7 de dezembro, audiência pública para debater o projeto de lei que institui a Lei Geral das Agências Reguladoras. O PL 3.337/04 ainda está em tramitação na Câmara dos Deputados. A audiência dá continuidade ao ciclo de debates Agenda 2009-2015: Desafios Estratégicos Setoriais.

Participarão do debate o vice-presidente-executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, Ralph Lima Terra; o subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil, Luiz Alberto dos Santos; e o presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação, Wanderlino Teixeira de Carvalho.

Atualmente, o Brasil tem dez agências reguladoras: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS), Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Agência Nacional do Cinema (Ancine). As informações são da Agência Senado

Blecaute será debatido em reunião do CNPE (CanalEnergia) 07/12/09

Encontro acontece na próxima terça-feira, 8 de dezembro. Diretrizes para exportação de GNL também estão na pauta
Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

O Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, preside na próxima terça-feira, 8 de dezembro, a 16ª reunião do Conselho Nacional de Política Energética. Dentre os temas que serão tratados estão o atendimento do sistema energético, a 11ª Rodada de Licitações de Petróleo e Gás Natural, as diretrizes para exportação de GNL e os estudos e análises do blecaute ocorrido no dia 10 de novembro.

Aneel mantém mais de R\$ 10 milhões em multas (CanalEnergia) 07/12/09

Seis empresas pagarão cerca de R\$ 10,184 milhões. Somente a Cemig foi penalizada em R\$ 5,387 milhões
Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Agência Nacional de Energia Elétrica manteve multas aplicadas a sete empresas que somam cerca de R\$ 10,184 milhões. As decisões esgotam a possibilidade de recursos na esfera administrativa e foram aplicadas às empresas RGE (RS), Coelba (BA), Copel (PR), Epesa (PE), Demei (MG) e Termelétrica Monte Pascoal. A Aneel também manteve ainda uma multa de R\$ 5,387 milhões aplicada à Cemig (MG).

A empresa foi penalizada, entre outros motivos, por descumprir obrigações regulamentares ou contratuais de manter registro atualizado das reclamações e solicitações dos consumidores. As penalidades foram aplicadas pela fiscalização da Aneel e pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia (Agerba). Segundo a Aneel, os recursos provenientes das multas aplicadas serão destinados à Conta de Desenvolvimento Energético.

SINDICAL

Trabalhadoras domésticas discutem ampliação de direitos (CUT Nacional) 08/12/09

Escrito por Agência Brasil
08/12/2009

Brasília - O ministro da Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial (Seppir), Edson Santos, participa nesta terça-feira (8) da abertura do Seminário Nacional Ampliando os Direitos das Trabalhadoras Domésticas, que vai até quinta-feira (10). A abertura será às 9h no Carlton Hotel Brasília.

Às 10h, será lançada a Campanha Internacional da Agenda do Trabalho Doméstico Decente da Confederação Latinocaribenha de Trabalhadoras Domésticas. Em seguida, haverá mesa-redonda sobre ações de governo desenvolvidas no campo do trabalho doméstico.

Às 15h30, será apresentado aos participantes o programa Minha Casa, Minha Vida.

Pelo direito de decidir (CUT Nacional) 07/12/09

Escrito por Luiz Carvalho

Com participação da CUT, frente que defende o fim da criminalização do aborto encerra assembleia nacional

Rosane (lilás) observa Paula VianaNa manhã desta segunda-feira (7), representantes do movimento feminista e dos movimentos sociais se reuniram na sede do Sindicato dos Químicos de São Paulo para o segundo dia da primeira assembleia nacional da Frente pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto.

Após os debates do domingo, quando as participantes fizeram uma análise de conjuntura e apontaram ações de luta, as discussões continuaram com a avaliação do impacto da ilegalidade para as mulheres e para o serviço público de saúde.

A Secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Rosane Silva, coordenou o início das palestras destacando que a legalização do aborto será o principal eixo do Dia Internacional da Mulher, em 2010.

Além de apontar a necessidade de avançar muito no acesso à informação no diálogo sobre o tema na família e na escola, a dirigente ressalta o recorte social da questão. “A maioria das mulheres que morrem no Brasil pela prática de aborto mal feito são trabalhadoras pobres e negras, principalmente das periferias do Brasil, que não tem acesso às clínicas particulares. Se queremos de fato representar a classe trabalhadora em sua totalidade, devemos considerar que ela tem dois sexos”, disse.

A incorporação pelo Estado da luta por autonomia sobre o corpo faz sentido. Segundo o Ministério da Saúde, todos os anos ocorrem cerca de 1,4 milhão de abortamentos no Brasil. Já a Federação Internacional de Planejamento Familiar aponta que 250 mil mulheres são internadas anualmente por conta de práticas clandestinas e 10% delas perdem a vida.

Desde 1991, a Central Única dos Trabalhadores se compromete com a defesa da legalização da interrupção da gravidez. Há 18 anos, o seminário “Aborto: da ética à legalidade”, apontou a questão como parte de um assunto de saúde pública e de direito.

Durante o 10.º Concut (Congresso Nacional da CUT), em agosto deste ano, a Central promoveu o lançamento da cartilha “Legalização do aborto – Essa luta também é nossa!”, que serviu também para marcar a adesão da entidade à frente contra a criminalização da prática.

Representantes dos estados falaram sobre a realidade do aborto inseguro A situação nos estados
A seguir, representantes de Pernambuco, Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Rio de Janeiro apresentaram dossiês sobre a realidade do aborto inseguro nesses lugares e o impacto na saúde das mulheres e no Sistema Único de Saúde.

“Os dossiês foram pensados após muitos embates no Congresso. Queremos subsidiar o discurso dos parlamentares que são nossos aliados e mostrar aos gestores de saúde a relação das mulheres com o serviço público no País nessas ocasiões”, explicou Paula Viana, enfermeira e integrante da entidade feminista Curumim.

Em geral, as pesquisas apontam que a inexistência do Estado laico faz com que às mulheres praticantes de aborto, maioria negra e pobre, sejam destinados o pior atendimento, profissionais com pouca qualificação para o procedimento e as piores salas nos hospitais. Além disso, ao contrário do que determina o Ministério da Saúde, a maior parte dos médicos aplica o método da curetagem, oferecendo maior risco à vida, ao invés de utilizar a Amiu (Aspiração Manual Intra-Uterina), que é segura e resulta em menor custo para os cofres públicos, pela diminuição da necessidade do tempo de internação.

A pesquisa mostra também que a curetagem pós aborto nesses estados é o segundo procedimento mais frequente na rede SUS. Em Salvador, Bahia, e Petrolina, Pernambuco, é a primeira causa de morte materna.

“Temos muita dificuldade para construir a frente em nosso Estado, que é muito opressor, predominantemente católico e onde moram muitos ruralistas. Temos problema até mesmo com sindicatos, porque muitos são ligados à Igreja”, comentou Eleice Jane, da Marcha Mundial de Mulheres, referindo-se a Mato Grosso do Sul – onde 10 mil mulheres foram indiciadas em julho deste ano por abortarem –, mas pintando um quadro de dificuldade para construção do debate que poderia ser aplicado a qualquer lugar do Brasil.

Aos gritos de “legalizar o aborto, direito ao nosso corpo”, a assembléia terminou com a aprovação de moções de repúdio à criminalização dos movimentos sociais e com a leitura de uma declaração (Clique para ler) que exige a observância dos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário e da revisão da legislação coordenada pela SPM (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres), em 2005, que pune o aborto.

Integração Sul-americana em Montevidéu (CUT Nacional) 07/12/09

Escrito por Leonardo Severo e Mariano Vázquez, de Montevidéu

Cúpula Sindical acontece em momento histórico para a região

O auditório da central sindical uruguaia PIT-CNT, em Montevidéu, ficou minúsculo diante da determinação e do compromisso das lideranças presentes ao painel “Balanço político e conjuntura atual para a integração”, que acontece na abertura da IX Cúpula Sindical do Cone Sul. Dirigentes das 13 centrais presentes deram seu testemunho sobre as lutas desenvolvidas no período e dos desafios para os trabalhadores para o ano de 2010. Durante o evento, que conta com expressiva participação cutista, foi lançada a campanha “Mais igualdade salarial entre homens e mulheres”.

Para Rafael Freire, secretário de Política Econômica e Desenvolvimento Sustentável da Confederação Sindical das Américas (CSA) e veterano dirigente cutista, o evento “ocorre em um momento de recuperação e alto protagonismo do movimento sindical da região que, em meio a festa da eleição de Pepe Mujica no Uruguai e da vitória do povo boliviano”. Esta nova fase, assinalou, está sendo vitaminada por intensa mobilização, com a força da esperança e da luta contra o neoliberalismo, a instalação de bases estadunidenses na Colômbia e a construção de uma integração soberana”.

O secretário geral da CSA, Victor Baez Mosqueira, ressaltou que “em meio ao aprofundamento da crise econômica financeira que se agudiza também do ponto de vista social, ambiental, alimentar e energético, afirmamos nesta Cúpula a defesa de uma integração justa com melhor distribuição da riqueza, superando o modelo neoliberal”.

Membro do secretariado da CUT-Chile, Guillermo Scherping, avalia que “estamos avançando para a construção de um modelo alternativo ao neoliberalismo. O movimento sindical iniciou a tomar consciência de sua força, da sua capacidade de influenciar a região”.

Para Hugo Yasky, secretário geral da CTA-Argentina, “este é um momento em que se aprofunda a luta no marco da integração, que deve deixar de ser somente comercial para iniciar a construir uma base material, latino-americana e independente, redefinindo o papel do Estado no desenvolvimento econômico e social, afirmando uma distribuição da riqueza mais justa”.

“A lição que nos brinda o povo boliviano é que quando há clareza na direção, unidade e mobilização popular, o triunfo acontece”, acrescentou Bernardo Rojas, presidente da CUT- Paraguai.

Da mesma forma, Wagner Gomes, presidente da CTB-Brasil, assinalou que “esta Cúpula é uma demonstração da força do sindicalismo contra o neoliberalismo que tantos danos fez ao nosso continente e pela afirmação de nossos direitos.

Em nome da Federação Sindical Mundial (FSM), sublinhou, “trazemos nossa palavra de afirmação e defesa da mais ampla unidade para conseguirmos avanços na luta popular em nosso país e em todo o nosso continente”.

Segundo o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o momento é extremamente rico: “Por nossa experiência de unidade no Brasil, conquistamos melhoras no poder aquisitivo, baixamos as taxas de juros e avançamos na luta para conquistar a democracia nos locais de trabalho. No próximo ano vamos voltar a marchar unitariamente com uma candidatura comprometida com os movimentos populares”.

Representando a CGT da Argentina, Rafael Hidalgo, ressaltou os apóstolos do neoliberalismo queriam a classe trabalhadora como mão-de-obra barata e inculta, alienada, porém aqui estamos pensando a América como uma Pátria grande, com nossos pontos de unidade se sobrepondo aos interesses do capital monopolista e do latifúndio midiático”.

Desde Paraguai, José Tomás, da CUT, apontou: “A solidariedade que este encontro expressa frente ao povo hondurenho é essencial pois isso não é um fato isolado, mas uma forma ou instrumento que poderá ser usado contra outros países da região. Nossa luta é para garantir uma integração real, sem assimetrias”.

A secretária de Relações Internacionais da CGTB-Brasil, Maria Pimentel, lembrou que embora haja muita propaganda a respeito de uma hipotética recuperação, a crise no centro da economia capitalista fica evidenciada quando a taxa de desemprego alcança o patamar dos 17,5%. “Agora os bancos privados norte-americanos aportam dezenas de trilhões de dólares para derrubar nossas exportações e utilizar estes recursos para comprar nossas empresas estatais e capturar nossos mercados com esse dinheiro sem nenhum lastro. Necessitamos enfrentar isso com o fortalecimento do mercado interno dos nossos países e para isso é preciso aumentar os salários e reduzir as jornadas”.

Durante o evento foi lançada a campanha “Mais igualdade salarial entre homens e mulheres”, já que a desigualdade é um dos aspectos mais concretos da discriminação no mundo do trabalho. São das mulheres os empregos com pior remuneração e os postos com mais dificuldade de evolução funcional.

Na região, as mulheres ganham aproximadamente 30% menos que os homens. Entre as bandeiras da campanha está a exigência do cumprimento pelos governos do Convênio 100 da OIT, que estabelece igualdade de remuneração para o mesmo trabalho. As mulheres também reivindicam igualdade de participação nas negociações coletivas.

Desenvolvimento sustentável (CUT Nacional) 07/12/09

Escrito por Luiz Carvalho

Pesquisa da OIT aponta mais de 2 milhões de empregos verdes no Brasil

Na semana em que governos de todo o mundo se reúnem em Copenhague, Dinamarca, para discutir formas de frear o aquecimento global, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) divulga pesquisa sobre o número de trabalhadores brasileiros nos chamados empregos verdes, que aliam trabalho decente e baixo consumo de carbono.

De acordo com o estudo que a instituição apresentará nesta quarta (9), 2,6 milhões de empregados no País atuam no segmento de energias renováveis.

Para definir o que é emprego sustentável, o levantamento com base na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais fornecida pelas empresas) levou em conta o impacto do resultado final de cada atividade sobre o meio ambiente, independente do processo de produção.

Segundo estudo mundial mais recente da OIT, em 2006, cerca de 2,5 milhões de pessoas em todo o mundo trabalhavam com carteira assinada na área de alternativas verdes de produção. Dessas, 943 mil estavam na China, líder do ranking, seguida por Brasil – 730 mil – e Estados Unidos – 406 mil.

Realidade brasileira – Conforme constata o coordenador de Programas de Trabalho Decente e Empregos Verdes da OIT, Paulo Sérgio Muçouçah, o emprego no segmento de energias renováveis já é uma realidade em nosso País. “O percentual de postos de trabalho no setor é equivalente ao índice que encontramos na construção civil”, afirmou.

Outra boa notícia é a elevação da participação dos empregos verdes na economia brasileira. Apesar de pequeno, o ritmo de crescimento é constante: saltou de 6,52% do total de trabalho formal no País, em 2006, para 6,73%, em 2008.

A maior parte dos trabalhadores – 800 mil – está em setores alternativos aos transportes rodoviário e aeroviário, como o segmento metroviário, não poluente. Os outros dois campos que mais contribuem com o trabalho sustentável são o de

energias renováveis – 547 mil – e de telecomunicações – 429 mil –, em especial o de teleatendimento. “Ao permitir que as pessoas possam resolver pendências pelo telefone ou internet, o serviço contribui com a diminuição da utilização de veículos e de emissão de gás carbônico no ar”, explicou Maçouçah.

Ele acredita que existam quatro áreas com grande potencial de geração de postos de trabalho verdes, primeiro por serem grandes empregadoras, segundo por emitirem elevada quantidade de carbono ou consumirem intensamente energias e recursos ambientais: extração mineral e indústria de base; construção, comercialização, manutenção e uso de edifícios; agricultura, pecuária, aquicultura, caça e pesca, além de turismo e hotelaria.

Governos, empresários e sociedade

Para Paulo Maçouçah, caso governos, empresários, sindicatos e cidadãos unam forças na mudança do processo de fabricação e distribuição esses serão setores fundamentais para o aumento do emprego.

“O governo tem que estimular a adoção de novos padrões de produção e consumo por meio de políticas públicas como isenção fiscal, condicionada à contrapartida ambiental, e programas de incentivo à utilização de energia solar. Poderia aplicar isso no programa ‘Minha casa, minha vida’, por exemplo. Deve ainda estabelecer um critério mínimo aceitável de sustentabilidade na produção”, sugere.

Ele destaca ainda que a substituição de um modelo poluente por um novo pode render ainda mais lucros aos empresários. “A mudança irá diminuir custos, será benéfica à imagem da empresa e os empregadores poderão também atender a um mercado que cresce em velocidade espantosa. É o caso do comércio que ainda não tem capacidade de absorver a demanda pela agricultura orgânica”, aposta.

O coordenador da OIT comentou também as responsabilidades das entidades sindicais. “Os sindicatos podem exercer um papel importante ao cobrar de governos e empresas a qualificação dos trabalhadores para os empregos verdes”.

Ao cidadão, acredita Maçouçah, cabe o papel de pressionar o poder público e o mercado, inclusive deixando de consumir de quem não adota a produção responsável. “O Brasil é vanguarda na construção sustentável de edifícios, ganha prêmios no exterior, mas essa tecnologia não se generaliza. Muitas empresas preferem construir prédios que saem mais baratos agora, sem janelas e espaço adequados, mesmo que a longo prazo fiquem mais caros com a necessidade do condômino utilizar instrumentos de ventilação e iluminação”, critica.

O presidente nacional da CUT, Artur Henrique, também cita o exemplo da construção civil e defende que as mudanças não atinjam apenas as áreas centrais das cidades. “A mudança não pode ficar restrito à Avenida Paulista, à Avenida Faria Lima (regiões nobres da capital paulista). Precisamos mudar o processo de mudança de paradigma em toda a cadeia produtiva”, ressaltou.

O dirigente destaca a escola como um exemplo dessa transformação. “Estamos falando de construir escolas com caráter verde, com essa visão ambiental, que no fundo do prédio exista uma horta não só para servir os alunos, mas que eles possam participar do plantio e da colheita, em que a comunidade no entorno possa enxergar esse papel da escola”, afirmou.

Proposta cutista para Copenhague

Um documento elaborado pela CUT e as demais centrais sindicais com propostas sobre a questão climática ajudou a construir o plano que será apresentado pelo governo federal na Dinamarca.

As “Ações para Mitigação de Emissões até 2020” destacam a diminuição entre 36,1% e 38,9% de emissão de dióxido de carbono, patamar muito próximo dos 40% defendidos pelos trabalhadores.

Em relação aos empregos verdes, as centrais defendem a implementação de um processo de transição que envolve políticas públicas de capacitação profissional para os trabalhadores e a autonomia para monitorar e denunciar as empresas que descumpram essa política.

Mesmo antes do projeto conjunto das centrais, a CUT e o Ministério do Meio Ambiente assinaram um protocolo de acordo que dará aos sindicatos e às representações nos locais de trabalho o poder de participar dos projetos de política ambiental no interior das empresas de todos os ramos de atividade.

O ministro Carlos Minc também anunciou uma portaria que garante às entidades representativas dos trabalhadores o poder de fiscalizar o cumprimento de regras ambientais para aprovação dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) e de licenças a novos empreendimentos.

CUT Honduras denuncia “farsa eleitoral dos golpistas” (CUT Nacional) **07/12/09**

Escrito por Leonardo Severo, de Montevidéu

65% se abstiveram em meio a estupros de opositoristas, assassinatos, torturas e prisões

Presente nesta segunda-feira (7) ao encontro promovido em Montevidéu pela Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul, o secretário-geral adjunto da CUT de Honduras e dirigente da Frente Nacional de Resistência contra o golpe, José Luis Baquedano denunciou a situação crítica que vive seu país, a onda de estupros, assassinatos, torturas e prisões de opositoristas, agradeceu a solidariedade do povo e do governo brasileiro e exortou os movimentos sociais da região e a aprofundarem o isolamento do regime ditatorial.

Qual a sua análise sobre o momento que passa Honduras?

Em primeiro lugar é importante destacar que vivíamos um momento intenso de transformação com o governo do presidente Manuel Zelaya. Esse processo foi violentamente interrompido pelo golpe de Estado, que uniu toda a elite vende pátria do nosso país. Agora, frente ao isolamento internacional e com o apoio do governo dos Estados Unidos, tentam converter nosso país num laboratório de um novo tipo de golpe. O fato é que houve uma farsa eleitoral, que recebeu a repulsa da grande maioria do nosso povo, com a abstenção chegando aos 65%. Isso apesar da política de terror, da intensa pressão e chantagem feita contra o conjunto da sociedade e, em especial, contra os trabalhadores.

De que forma essa política de terror tem se afirmado?

Como eu havia dito, a abstenção foi bem alta: dos 4 milhões e 700 mil eleitores, compareceram às urnas um pouco mais de um milhão e seiscentos mil. Este é um fato político significativo. Mas existem outros dados, dolorosos, que mostram até onde chegaram os golpistas. Temos 30 companheiros assassinados, mais de 11 mil detidos ilegalmente, três mil torturados, muitas companheiras estupradas, filhos de militantes assassinados ou presos em estádios... Foi com base neste clima que levaram uma parte da população às urnas.

E a Frente de Resistência, como se mantém?

Com o apoio da maioria do nosso povo e a convicção de que estamos lutando pelo país, pelo futuro. Unimos trabalhadores, estudantes, artistas, parlamentares, gente que se opõe ao golpe de Estado e à oligarquia que ri do povo hondurenho, que está brincando com a sua sorte, com o seu futuro. Infelizmente, no momento que mais precisávamos, a ONU e a OEA ficaram só em declarações, mais parecendo um cachorro que ladra mas não morde.

E a situação do presidente Zelaya?

A força e a representatividade do presidente constitucional Manuel Zelaya é o que faz com que seja tão temido pelas elites do nosso país. São criminosos covardes, que chegam a ordenar a militares a morte de filhos de militantes para aterrorizar seus pais. Zelaya, que hoje se encontra exilado, isolado de seu povo dentro da Embaixada do Brasil em Tegucigalpa, estava liderando um processo de transformação e justiça social, de valorização do salário mínimo, de distribuição da riqueza, de democratização...

Como está a questão da liberdade de imprensa?

O que está estabelecido é a censura completa aos meios de comunicação que se opõem aos golpistas e à sua farsa eleitoral. A Rádio Globo foi fechada, o Canal 36 sofreu ataque a bomba e depois foi tirado do ar.

E os EUA na contramão, apoiando os golpistas...

O governo dos EUA e mais cinco países reconheceram o processo espúrio, validando o golpe de Estado: Canadá, Costa Rica, Peru, Colômbia e Panamá. Isso abre um precedente negativo e funesto, por isso deve continuar sendo condenado energicamente por nossos países e povos. Apesar da censura, o povo hondurenho tem sido informado pela Resistência de que não está só. A solidariedade nos dá ânimo para seguir em frente, até a vitória.

Químicos (CUT Nacional) 07/12/09

Escrito por Fetquim

Convenção Coletiva é assinada, mas a luta continua

Os trabalhadores químicos têm dado um grande exemplo de disposição para lutar por seus direitos. A campanha salarial deste ano contou com várias paralisações, atrasos nos turnos, atos e assembleias representativas. Um grau de mobilização que colocou a categoria entre as poucas que obtiveram aumento real entre 1,5% e 2% em 2009. Segundo o Dieese, das 147 categorias profissionais analisadas este ano, apenas sete conseguiram este feito.

E mesmo após a assinatura do acordo, a Fetquim e seus sindicatos filiados continuaram a luta nas fábricas, que resultou em conquistas maiores em muitas delas. Esse foi o caso da Silvatrin, em São Bernardo, com PLR maior; da Samkwang, em Campinas, com 4% de aumento real; da Telstar, em Vinhedo, com 5,7% de aumento real.

Também houve paralisação ou greve na Adere (Sumaré), Yamá (Cotia), HidroAll (Valinhos), Termotécnica e Fort Dodge (Campinas), Dovac, CBC, Pólo Petroquímico (Capuava), entre outras.

Um episódio interessante ocorrido nesta campanha salarial foi a luta dos trabalhadores da Basf, pois ao invés de ser regionalizada atingiu os sítios de São Bernardo, Mauá e Vila Prudente, arrancando o compromisso de estudo sobre os valores e formas do vale-compras.

Além dos eixos da campanha salarial, os trabalhadores têm colocado pautas específicas de cada empresa, que vão desde o assédio moral até condições de trabalho. Situações que têm mobilizado a categoria não só em época de dissídio, mas ao longo do ano.

Se depender da Fetquim, dos sindicatos e dos trabalhadores, a patronal ainda terá muita dor de cabeça.

Avançar sempre! (CUT Nacional) 07/12/09

Escrito por Valter Bittencourt - Imprensa CNM/CUT

Metalúrgicos da CUT aprovam plano de lutas no último dia da Plenária Estatuária

Na última sexta-feira (4) foi encerrada a Plenária Estatutária da CNM/CUT. Um dia de decisões importantes para a categoria metalúrgica e também de muitas emoções, com a homenagem prestada ao companheiro Paulo Cayres.

Além de aprovar o plano de lutas para o próximo período em todas as áreas de atuação da Confederação, a plenária aprovou avanços significativos no estatuto da CNM. Um deles foi o que garantiu a participação de um representante de cada federação metalúrgica da CUT na composição da próxima direção da entidade.

Extensão do mandato - Outra mudança importante no estatuto, foi a que tratou sobre extensão do atual mandato para a data limite de 15 de junho de 2011, elevando assim em até um ano o período para a realização do 8º Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CUT.

"Temos consciência que o próximo ano é estratégico para a manutenção do projeto dos trabalhadores que foi iniciado em 2002, com a eleição do companheiro Lula para a presidência. Por isso é fundamental que possamos reunir forças para eleger as candidatas e candidatos compromissados com um Brasil mais justo, com avanços sociais e mais políticas voltadas para os trabalhadores. Não podemos deixar que o modelo de políticas neoliberais volte a ser praticado neste país", disse o presidente da CNM/CUT, Carlos Grana.

Recomposição da direção

Por unanimidade, os delegados e delegadas aprovaram a indicação de João Cayres (ABC), como o novo secretário-geral da CNM/CUT, em substituição ao companheiro Valter Sanches, que além de secretário de Relações Internacionais da Confederação, passa a coordenar toda a área de comunicação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Outra mudança importante é a entrada de Michele Ida Ciciliato (Taubaté), que ocupava a secretaria de Políticas Sociais, na pasta da Formação, no Lugar de Paulo Cayres (ABC). Para o lugar de Michele, assume a companheira Rosilene Matos da Silva (Manaus).

Também foram indicados os sindicalistas Roberto Pereira da Silva (Sindimetal-ES), Henrique (Juiz de Fora), Kléber William de Souza (Timóteo), Irineu (Pindamonhangaba), Flávio de Souza (Canoas), e Verdinho (Sorocaba) para a direção executiva, além de Paulo Dutra (Taubaté) para o conselho fiscal.

Homenagem ao amigo e companheiro Paulo Cayres

Secretário de Formação da CNM/CUT desde junho de 2007, "Paulão" recebeu uma justa homenagem durante sua fala de despedida. Cayres agradeceu pelo empenho de todos os sindicalistas que participaram do processo nacional de formação durante seu mandato. "Obrigado companheiros, obrigado!", frisou.

Em uma das paredes do plenário, companheiros e companheiras deixaram uma frase em sua homenagem: "Paulão, não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Obrigado por tudo companheiro", dizia.

"Avançar sempre!" Foi com essa frase, que o presidente da CNM/CUT, Carlos Grana, encerrou a plenária e se despediu dos participantes.

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC apresenta balanço do Dia da Consciência Negra (CUT Nacional) 07/12/09

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

A Comissão de Igualdade Racial dos Metalúrgicos do ABC e o Sindicato dos Servidores Públicos de São Bernardo vão lançar um vídeo sobre as comemorações na cidade do dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

O vídeo registra os debates, as atividades culturais e políticas e a participação das entidades do movimento negro de São Bernardo nos eventos.

O lançamento vai acontecer na próxima sexta, 11, a partir das 18h30, na Sede do Sindicato, e será seguido do espetáculo de dança Igbá-Iwà, de Kiusam de Oliveira, e uma confraternização. Compareça!

Sinergia CUT realiza primeira Oficina de Mulheres (CUT Nacional) 07/12/09

Escrito por Débora Piloni – Sinergia CUT

Dirigentes sindicais e trabalhadoras do Sinergia CUT participaram, no último dia 3, no Hotel Opala, em Campinas, da 1ª Oficina de Mulheres, organizada pela Coordenação do Coletivo de Mulheres e Área de Formação do Sinergia CUT.

A CUT e a Política de Cotas, as conquistas das mulheres e a atuação delas do meio sindical e no setor energético foram alguns dos temas discutidos.

"A CUT tem como base os princípios de democracia e de igualdade. Portanto, quando reivindicamos as cotas nos remetemos nada mais do que a esses princípios fundadores de nossa entidade", afirmou Maria Luiza da Costa, da assessoria da Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (SNMT-CUT). Na Oficina, ela explanou sobre as mulheres no mundo sindical, suas lutas, desafios e principalmente sobre os benefícios da política de cotas nas entidades.

"Pela primeira vez na história do Sinergia CUT está sendo feito um trabalho específico, pensado e elaborado para as mulheres. Para desenvolvimento, crescimento e abertura de debates em toda a categoria energética, setor ainda predominantemente masculino. Parabéns pela iniciativa", afirmou Jesus Francisco Garcia, presidente do Sinergia CUT.

Ildo Sauer: capital privado atrasou ganhos do pré-sal (CUT Nacional) 07/12/09

Escrito por Operamundi

A comunidade internacional se engana ao acreditar que o êxito da Petrobras se deve à entrada da iniciativa privada no capital da empresa. "Ao contrário, essas mudanças apenas retardaram o sucesso da Petrobras", afirma o ex-diretor de gás e energia da Petrobras Ildo Sauer, um dos principais especialistas brasileiros em política energética. Em entrevista ao Opera Mundi, no Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP (Universidade de São Paulo), onde é professor, ele defende também que a exploração do pré-sal pode ampliar o caminho para a integração sul-americana.

Qual a sua visão sobre a proposta do governo para o pré-sal?

O governo tem uma proposta dúbia e tímida. O modelo que está aí é um modelo híbrido: ele permite caminhar em qualquer direção e, portanto, é um perigo enorme. Quem conhece o que este governo fez no setor elétrico tem dúvidas se aquela abertura não é uma válvula de escape para continuar transferindo riqueza (que poderia ser destinada para fins públicos) em benefício de certos grupos.

Os opositores do projeto do governo dizem que se a Petrobras tiver prioridade na exploração do pré-sal, ela vai se tornar menos competitiva.

Isso tudo é bobagem, é lobby das empresas internacionais e de grupos brasileiros que querem se apoderar da riqueza que vai ser gerada com o pré-sal. O pré-sal é fruto da história da Petrobras, da sua capacitação interna, relação com centros de pesquisa dentro e fora do Brasil e com empresas de ponta. Isso tem pouco a ver com a estrutura de capital dela, a privatização e a venda do capital, e muito menos com a criação de uma agência reguladora. Tem um bocado de pessoas que reivindicam o sucesso da Petrobras para essas mudanças - mas, ao contrário, elas apenas atrapalharam, até retardaram o processo. As reformas dos anos 90 só prejudicaram a possibilidade de fazê-lo mais rapidamente.

Quanto petróleo existe no pré-sal?

O grande problema é que não sabemos qual é a real dimensão. Eu sempre acreditei que a medida correta seria contratar a Petrobras para terminar o processo exploratório que ela iniciou. Acredita-se que a área de formação geológica seja de 150 mil km²: vai desde o sul do Brasil, em Santa Catarina, até o sudeste, no Espírito Santo. E pode ir além. Mas isso significa que é só uma formação geológica ou são várias? Não se sabe. Os otimistas acham que pode chegar até os 300 bilhões de barris. Para comparar, o bloco dos grandes países produtores de petróleo tem entre 80 e 130 bilhões: Rússia, Venezuela, Líbia, Irã, Iraque e Emirados Árabes Unidos. O Brasil poderia estar neste bloco ou até se comparar com o maior produtor do mundo. Mas, sem esclarecer essa situação, é muito difícil desenvolver um modelo para determinar quanto se deve produzir, em que ritmo, se é melhor deixar grande parte deste petróleo debaixo da terra...

O senhor tem apoiado a proposta dos movimentos sociais para a exploração do pré-sal. Por quê?

Tenho apoiado a posição dos movimentos sociais de reestatização da Petrobras e retomada do monopólio. Os movimentos acreditam que o petróleo é um recurso da nação e, portanto, teria de ficar 100% nas mãos do governo. Querem que a Petrobras volte a ser integralmente estatal para que toda a riqueza possa ir para um fundo social que teria como objetivo tratar do problema da pobreza, redistribuição social, educação, saúde, proteção ambiental, modernização tecnológica do país. Essa é a grande discussão que está em curso hoje no Brasil. Hoje, no mundo, somente 7% dos recursos estão disponíveis para as grandes companhias internacionais e mais de 70% estão nas mãos de Estados e empresas estatais. Esses grupos querem manter o regime de concessões no Brasil, em que uma companhia pode fazer o que quiser com o recurso que encontra, pagando uma participação muito pequena ao governo.

De que maneira o pré-sal vai mudar a projeção do Brasil internacionalmente?

Se realmente a quantidade de petróleo no Brasil passar dos 100 bilhões, é um dado estratégico e geopolítico de grande impacto, comparável, por exemplo, a ter a bomba atômica. Hoje, quem detém os recursos de petróleo permite grandes lucros e, por isso, não faltará financiamento para fazer investimentos - porque todos querem ser sócios da produção de petróleo se houver espaço para isso. E ao Brasil não falta tecnologia. É um centro de excelência internacional para águas profundas e em especial para o pré-sal.

Vai mudar alguma coisa geopoliticamente na América Latina?

Eu entendo que o papel de países como a Venezuela, o Brasil e o México, em vez de exportar seus recursos energéticos, é aproveitar localmente os recursos hídricos para gerar eletricidade, o gás natural e o petróleo para desenvolver a capacidade de produção local e melhorar a qualidade de vida. Portanto, a cooperação me parece uma estratégia superior que pode colocar lado a lado os países sul-americanos que têm recursos. Isso não significa que não se possa exportar parte do petróleo, guardar parte para o futuro e utilizar outra parte para as atividades econômicas produtivas.

O petróleo brasileiro é uma ameaça à Venezuela?

Essa discussão de que se vai gerar uma rivalidade com a Venezuela é nada mais que um jogo para criar contradições em um campo ou outro para satisfazer interesses das grandes companhias multinacionais e dos investidores financeiros que querem espaço onde investir e obter grandes lucros. Eles querem participar da festa entrando como convidados sem pagar entrada.

SITES PESQUISADOS	
	www.folha.com.br
	
	
	
	
	
	

O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

Informações e Sugestões:
imprensa@sinergiaspcut.org.br

Área de Comunicação SINERGIA CUT
 Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato - Coordenação: Lilian Parise
www.sinergiaspcut.org.br
 Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

